

**Investigação,
transferência e aquisição
de conhecimentos para
o desenvolvimento rural**



LIAISON ENTRE ACTIONS
DE DÉVELOPPEMENT
DE L'ÉCONOMIE RURALE

LINKS BETWEEN ACTIONS
FOR THE DEVELOPMENT
OF THE RURAL ECONOMY



COMMISSION EUROPÉENNE
DIRECTION GÉNÉRALE
DE L'AGRICULTURE

EUROPEAN COMMISSION
DIRECTORATE-GENERAL
AGRICULTURE

**Investigação,
transferência e aquisição
de conhecimentos para
o desenvolvimento rural**

“INOVAÇÃO EM MEIO RURAL”

CADERNO N.º 10

OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER

FEVEREIRO DE 2001

*O presente caderno foi redigido por **Gilda Farrell** (Directora Adjunta do Observatório Europeu LEADER, de Setembro de 1995 a Março de 2000) e **Samuel Thirion** (INDE, Lisboa, Portugal) na sequência dos seminários LEADER “Transferir a Inovação”, realizado em Pieve di Cadore (zona LEADER Alto Bellunese, Venécia, Itália), e “Investigação e Desenvolvimento Rural”, realizado em Franeker (zona LEADER Noord West Friesland, Frísia, Países Baixos), de 7 a 10 de Março de 1999.*

***Jean-Luc Janot** (Observatório Europeu LEADER) participou na finalização do documento. Responsável pela produção: **Christine Charlier** (Observatório Europeu LEADER).*

© 2000 Observatório Europeu LEADER / AEIDL

Índice

Introdução	5
Capítulo 1	7
Dar resposta às necessidades de conhecimentos tendo como objectivo o desenvolvimento rural	9
1.1 A evolução das necessidades de conhecimentos e das formas de aprendizagem no quadro do desenvolvimento rural	9 14
1.2 As relações com as fontes de conhecimentos externas	17
1.3 Síntese	
Capítulo 2	19
Os processos de aprendizagem nos territórios rurais	21
2.1 Formas e articulação dos ciclos de aprendizagem num território rural	22
2.2 O papel das relações sociais nos processos de aprendizagem	23
2.3 Conclusão: criar ou renovar as relações para a aprendizagem	25
Capítulo 3	27
As necessidades do desenvolvimento e a oferta de investigação	29
3.1 As principais características da oferta de conhecimentos produzidos pela investigação académica	29
3.2 Os desajustamentos entre a oferta e a procura	30
3.3 Uma tendência para a redução das diferenças	32
3.4 Fazer a ponte entre a oferta e a procura	32
3.5 Elementos para uma estratégia global de ligação com a investigação	38
Capítulo 4	41
Papel possível, papel real e valor acrescentado do LEADER nos processos de aprendizagem	43
4.1 O LEADER e a investigação	43
4.2 Abordagem proposta para a análise do papel do LEADER nas outras fases dos ciclos de aprendizagem	44
4.3 A identificação das necessidades de aquisição de conhecimentos	47
4.4 A identificação/determinação das fontes	49
4.5 A ligação/negociação com as fontes de conhecimentos	51
4.6 A produção/aquisição de conhecimentos	52
4.7 A aplicação dos conhecimentos adquiridos	52
4.8 Síntese	54
Capítulo 5	57
Posfácio	59
5.1 Um quadro conceptual favorável à investigação ao serviço do desenvolvimento rural	59
5.2 Passar da “renovação” local para um quadro político adequado ao desenvolvimento futuro dos territórios rurais	60
5.3 Dar resposta às necessidades específicas dos territórios rurais em termos de investigação para assegurar a sua competitividade futura	61

Introdução

As zonas rurais, desde há muito confrontadas com as crises associadas à modernização da agricultura (redução do número de trabalhadores agrícolas e marginalização de muitos territórios rurais) e, mais recentemente, com os efeitos das novas tecnologias, das novas exigências dos consumidores e da globalização, precisam de encontrar novas vias de desenvolvimento e de se reposicionar nos mercados.

Perante esta necessidade, o programa LEADER tem desempenhado, desde a sua criação em 1990, um papel de “laboratório”, contribuindo para tornar visíveis as potencialidades dos recursos específicos dos territórios, acção que foi confirmada com o lançamento do LEADER+ (2000-2006).

Neste contexto, a intervenção do LEADER deve ter em conta os processos de investigação-experimentação e de aprendizagem-transferência. Estes processos aparecem tanto no lançamento de novas actividades como nas intervenções de desenvolvimento, baseadas em abordagens territoriais, participativas, integradas e organizadas com base num consenso de parceria e na conexão em rede.

Actualmente, após dez anos de aplicação concreta do programa LEADER, que balanço podemos fazer deste processo? Quais as lições a tirar? Como é que a existência do LEADER permitiu influenciar os métodos de investigação e de transferência? Que contributos importantes há para valorizar? Quais os desafios a enfrentar no futuro para que o LEADER+ possa desempenhar plenamente o papel de “piloto” que lhe foi atribuído, apoiando as acções de apropriação de novos conhecimentos?

Veja-se a investigação. Antes do LEADER, existia uma certa tradição de investigação sobre a diferenciação dos espaços no meio rural. Tratava-se de salientar as disparidades em termos, por exemplo, de recursos para desenvolver a agricultura ou estudar as características geo-climáticas da agricultura (agricultura de planície, agricultura de montanha, etc.). Era a investigação agrícola que dominava e dava-se muito pouca atenção às outras vertentes do desenvolvimento rural. Com efeito, a investigação seguia a abordagem de uma política meramente sectorial.

Com o programa LEADER, ganhou forma a “ruralidade” como espaço de coexistência de uma multiplicidade de actividades e de elementos distintivos^[1]. Para as zonas rurais, a agricultura pode ou não desempenhar um papel-chave. Este novo conceito e esta nova abordagem criam novas necessidades de investigação e de transferência de conhecimentos. Torna-se necessário salientar as ligações entre os diversos domínios de actividade e as interdependências entre os factores demográficos, económicos, sociais e culturais. O que por sua vez incita à revisão das estratégias e das políticas de intervenção à luz das características específicas de cada território. Multiplicam-se as análises sobre a marginalidade territorial, um fenómeno que vai ganhando amplitude. Os seus resultados revelam cada vez com maior evidência a insuficiência das abordagens sectoriais para apreender esta evolução e propor estratégias de saída^[2] adequadas.

A aplicação dos programas LEADER desde 1991 reforça a procura de investigações destinadas a apoiar o desenvolvimento de estratégias e de projectos integrados, abrindo ao mesmo tempo novas perspectivas ao quadro teórico subjacente às intervenções nos territórios rurais.

O presente caderno pretende fornecer algumas pistas de reflexão e elementos de resposta a estas necessidades.

Procuraremos em primeiro lugar ver como é que o problema da aquisição de conhecimentos se coloca hoje em dia à luz das abordagens integradas e da necessidade de competitividade dos territórios rurais. É esse o objecto do Capítulo 1, que mostra que actualmente, no quadro conceptual do desenvolvimento “local”, “endógeno”, e num contexto de “globalização” e de descen-

[1] Anteriormente, foi sobretudo a investigação sobre as zonas de montanha das regiões alpinas que esteve na base da política para a montanha e que alargou a abordagem espacial a outros domínios além da agricultura. Ver, a este propósito, por exemplo os trabalhos de Elena Saraceno: “Il problema della montagna”, Franco Angeli, Milão, 1993; “Vecchi e nuovi problemi della montagna”, in Fuà G. (ed.), “Orientamenti per la politica del territorio”, Il Mulino, Bolonha, 1991; “La différenciation des zones de montagne en Italie comme réponse aux économies locales”, in Bazin G., Roux B., “Les zones défavorisées Méditerranéennes dans la CEE”, 2 volumes, INRA, CEMAGREF, JAMM, Paris, 1981.

[2] Ver, por exemplo, os documentos apresentados na conferência organizada pela OCDE: “Remote Rural Areas: Developing Through Natural and Cultural Assets”, Albarracin, Espanha, 5-6 de Novembro de 1998.

tralização, são a experimentação “in situ”, em dimensão real, e o trabalho em rede que prevalecem no processo de transferência de conhecimentos e de produção de novas competências.

A seguir examinaremos os **processos** de aprendizagem nos territórios rurais. A análise de “**ciclos de aprendizagem**” permitirá identificar as diferentes modalidades que permitem a uma “**sociedade local em aprendizagem**” afirmar-se. Estas questões serão abordadas no Capítulo 2.

Procuraremos depois analisar as diferenças entre as necessidades de desenvolvimento dos territórios rurais e a oferta de investigação do mundo académico, mostrando, a partir de exemplos concretos, a intervenção

do LEADER para reduzir estas diferenças e abrir novas formas de aproximação entre universitários, investigadores e agentes locais. É este o objecto do Capítulo 3. O Capítulo 4 é consagrado ao papel do programa LEADER nos processos de aprendizagem e aos desafios que o LEADER+ vai ter de enfrentar no período 2000-2006.

Por último, o Posfácio coloca questões a três níveis: sobre o quadro conceptual subjacente à oferta de investigação para o desenvolvimento rural, sobre a necessidade de passar da “renovação” local a um quadro político adequado para o desenvolvimento futuro dos territórios rurais e sobre as vias possíveis para fazer face às necessidades específicas em termos de investigação e assegurar a competitividade futura dos territórios rurais.

Capítulo 1

Dar resposta às necessidades de conhecimentos tendo como objectivo o desenvolvimento rural

Dar resposta às necessidades de conhecimentos tendo como objectivo o desenvolvimento rural

Em matéria de desenvolvimento rural, os processos de aprendizagem e de aquisição de conhecimentos estão sempre presentes. Assumem formas diversificadas, que vão da valorização dos conhecimentos locais até à experimentação e à investigação, passando pela transferência. Estas várias formas, actualmente interdependentes, são difíceis de separar e de distinguir dos processos de desenvolvimento propriamente ditos.

No passado, privilegiava-se sobretudo a aprendizagem através da formação e da vulgarização – duas formas de transmissão “descendente” dos conhecimentos – porque se inseria numa certa normalização da evolução dos territórios rurais em torno da modernização da agricultura, num quadro conceptual dominado pelo desenvolvimento sectorial e por uma gestão institucional fortemente centralizada^[3].

Actualmente, no quadro conceptual do desenvolvimento “local”, “endógeno”, e num contexto de “globalização” e de descentralização, são as formas de aprendizagem baseadas na experimentação “in situ”, em situação real, uma combinação inovadora dos recursos e o trabalho em rede que predominam no processo de transferência de conhecimentos e de produção de novas competências. Neste contexto, a investigação ao serviço do desenvolvimento tem de assumir um papel diferente: a sua missão já não é produzir resultados generalizáveis para apoio de iniciativas centralizadas, mas sim tornar visíveis as especificidades locais para inspirar estratégias territoriais diferenciadas.

1.1 A evolução das necessidades de conhecimentos e das formas de aprendizagem no quadro do desenvolvimento rural

a) Três fontes possíveis de conhecimentos para o desenvolvimento

Qualquer processo de desenvolvimento implica fases de concepção e de execução de projectos de dimensão e de duração diferentes, desde os “pequenos” projectos individualizados, realizados a nível de uma família, de uma exploração agrícola ou de uma empresa, até aos planos de acção globais concebidos à escala de um território.

Todavia, qualquer que seja a sua dimensão, estes projectos recorrem a conhecimentos de diversos tipos, que:

- > já estão adquiridos e são dominados pelo(s) agente(s) em causa e transmitidos de geração em geração, ou
- > não existem no local e são transferidos de outros lugares, ou
- > não existem e são produzidos “por medida”, no âmbito do próprio projecto e a partir dos recursos endógenos.

Na realidade, estas três categorias (**conhecimentos já dominados, conhecimentos transferidos e conhecimentos produzidos por medida**) nunca são assim tão diferenciadas. Independentemente do grau de reprodução de um projecto, existe sempre uma parte de desconhecido, mas que é sempre possível apreender, pelo menos parcialmente, a partir de experiências já realizadas noutros locais. Os conhecimentos necessários à concepção e à execução de um projecto são sempre em parte já conhecidos, em parte transferidos de outros locais e em parte produzidos no âmbito do próprio projecto: um agricultor que tenciona converter-se e pas-

[3] Ver, a este propósito: “Social and Economic Research on Rural Development in Western Europe, Final report on the LEADER concerted action”, The Arkleton Centre for Rural Development Research, Universidade de Aberdeen, Fevereiro de 1997.

sar à produção biológica, por exemplo, apoia-se simultaneamente nos conhecimentos que já domina (as características específicas da sua exploração em termos de solos, de recursos de água, etc.), nos conhecimentos transferidos (as técnicas da agricultura biológica) e nos conhecimentos específicos da concepção e execução do seu projecto, porque terá de adaptar as técnicas importadas às particularidades da sua exploração e encontrar soluções específicas para garantir a qualidade biológica dos seus produtos.

b) Predominância dos conhecimentos já dominados: os sistemas de organização social tradicionais

À escala de um território rural, os conhecimentos já adquiridos formam aquilo a que se chama o **“capital de conhecimentos”** do território. É constituído por todos os conhecimentos dominados pelos agentes locais, transmitidos e progressivamente melhorados de geração em geração: conhecimento do meio, domínio das técnicas tradicionais, contactos úteis em matéria de serviços, acesso aos mercados, etc.

Durante muito tempo e praticamente até ao início do século XX, o capital de conhecimentos dos territórios rurais bastava-se a si mesmo e evoluía pouco ou muito lentamente. Assim, com excepção de alguns momentos em que a história foi perturbada (guerras, fomes, etc.), a aplicação das práticas e das técnicas tradicionais transmitidas de geração em geração era geralmente suficiente para assegurar a sobrevivência das famílias e das sociedades locais. Além disso, praticamente não existiam outras fontes de conhecimentos, ou existiam muito poucas, que pudessem influenciar significativamente a evolução do capital de conhecimentos local (com excepção de alguns conhecimentos adquiridos e trazidos pelas populações durante as suas migrações sazonais, por exemplo, que introduziram por vezes algumas inovações). Pode afirmar-se, por conseguinte, que existia um bom **nível de adequação do capital de conhecimentos às necessidades** de conhecimentos do território e que a forma de aprendizagem dominante era a **aprendizagem de geração em geração (“learning by intergenerational exchanges”^[4])**.

Os raros territórios rurais que evoluíram desde o começo do século XX são os que deixaram de conseguir viver da agricultura. Na zona do Cadore (província de Belluno, Veneza, Itália), por exemplo, uma zona de montanha que não dispõe de terrenos planos, a criação de gado deixou

de ser suficiente para a sobrevivência de uma população em forte crescimento. Inspirados nas suas migrações sazonais em França e apoiados no saber-fazer aí adquirido, alguns agentes locais tiveram a ideia de se lançar na produção artesanal de óculos, criando uma empresa de produção de armações para óculos. Desde então, este território tem aumentado constantemente o seu capital de conhecimentos neste sector, a ponto de controlar hoje quase 60% do mercado mundial da produção de óculos.

c) Predominância dos conhecimentos “normalizados” transferidos: o caso da modernização agrícola

A partir do início do século XX e sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, a situação alterou-se: sob a influência do desenvolvimento dos mercados agrícolas, nomeadamente, a concorrência torna-se mais intensa e os preços agrícolas diminuem sistematicamente. As técnicas tradicionais revelam-se cada vez mais inadequadas. Paralelamente, aparecem métodos modernos (maquinaria agrícola, adubos químicos, sementes melhoradas, etc.) que se espalham rapidamente no meio agrícola através de diversas formas de vulgarização e de divulgação da informação, de fornecimento de material, de facilidades de crédito, etc. Estas novas técnicas e novos modos de produção, que permitem aos agricultores e criadores de gado obterem uma produtividade muito mais elevada, geram novas necessidades nos territórios rurais, os quais, na sua maior parte, continuam a depender largamente do sector agrícola.

Começa então uma nova fase, em que a resposta às necessidades de conhecimentos para o desenvolvimento territorial já não é condicionada pela transmissão do capital de conhecimentos locais de geração em geração, mas sim pela introdução de conhecimentos externos, sob a forma de transferências maciças. A maior parte das vezes não se trata de transferências de conhecimentos baseadas noutras experiências práticas, mas essencialmente da transmissão de resultados de investigações efectuadas sob o impulso de uma política agrícola centralizada e deliberadamente “modernista”. As novas técnicas, apuradas em centros especializados (laboratórios, estações agronómicas, etc.) e aplicadas de maneira uni-

[4] Optou-se por utilizar em todas as versões linguísticas do presente caderno algumas expressões inglesas consagradas que lembram eficazmente diferentes formas de aprendizagem. O leitor poderá associá-las a outras expressões utilizadas com grande frequência no vocabulário da formação, como “learning by training”, “training by doing”, etc.

forme em todos os territórios rurais, são literalmente “injectadas” no mundo rural segundo uma abordagem fortemente “descendente”. A forma de aprendizagem dominante passa então a ser a **aprendizagem pela formação e pela divulgação de soluções normalizadas (“learning by standardised training”)**. A maior parte das vezes a transmissão também se efectua através dos manuais de utilização das máquinas e dos factores de produção utilizados na cadeia de produção^[5].

Esta forma de aprendizagem, muito vulgar na agricultura, marcou as políticas de desenvolvimento durante décadas e ainda hoje isso acontece em grande escala. É por isso que a transferência de conhecimentos “pré-embalados” (“pacotes técnicos”, “projectos chave-na-mão”, etc.), não induzida pela procura de um território ou de um grupo social específico, se encontra em numerosos instrumentos e políticas de apoio ao desenvolvimento, nomeadamente quando visam territórios ou grupos sociais menos “avançados”. Este “pacote”, esta fórmula global que se procura promover, já não é simplesmente o produto de uma investigação, mas sim a maior parte das vezes um “modelo de desenvolvimento” apresentado como uma solução feita.

d) O aumento da importância dos conhecimentos produzidos por medida, a partir dos recursos endógenos

A aprendizagem pela formação e pela divulgação normalizada, que dominou nos territórios rurais sobretudo nas décadas de 50, 60 e 70, começou a encontrar os seus limites durante os anos 80. Primeiro no próprio sector agrícola: inicialmente, a aplicação em grande escala dos “pacotes tecnológicos” normalizados permitiu obter um enorme aumento dos rendimentos e da produtividade do trabalho. No entanto, a partir de um certo nível de produtividade, os produtores e os serviços técnicos agrícolas viram-se confrontados com as limitações deste sistema e com a necessidade, para ir mais além, de encontrar soluções “por medida”, a aplicar caso a caso. O aparecimento de excedentes e de problemas ambientais, nomeadamente, levou à concepção de soluções “individualizadas”, que deixaram de ser concebidas de forma homogénea, o que exigia investigação específica.

Assistiu-se assim a uma evolução gradual dos sistemas de vulgarização agrícolas “verticais” e hierarquizados para formas mais baseadas em parceria. Ao contrário da investigação agrícola “clássica”, impulsionada por uma política geral de modernização da agricultura, criaram-

-se estruturas de apoio e de investigação-desenvolvimento muitas vezes controladas pelos próprios agricultores e que davam resposta às suas necessidades específicas. Por outras palavras, passou-se de uma lógica de procura de conhecimentos induzida pela oferta para uma lógica de oferta de conhecimentos induzida pela procura. Contudo, não se pode daqui concluir que a investigação-desenvolvimento tenha suplantado a investigação agrícola clássica; o que se verifica é antes uma complementaridade entre estes dois tipos de abordagens.

Outro factor de evolução dos sistemas de aprendizagem foi a necessidade de os territórios rurais encontrarem vias de desenvolvimento fora da agricultura, uma vez que este sector empregava um número de trabalhadores cada vez mais reduzido, quando não estava simplesmente condenado a desaparecer, nomeadamente nos territórios marginais (terras pobres, zonas de montanha, zonas áridas, etc.). Além disso, as novas tecnologias, as novas exigências dos consumidores urbanos – que passaram a ser largamente maioritários nos mercados – e a globalização das trocas comerciais foram outros tantos elementos e desafios para o mundo rural, exigindo novas soluções e conhecimentos.

Neste contexto, deixa de ser possível aplicar o mesmo tipo de soluções normalizadas por todo o lado; passa a ser necessário encontrar respostas “por medida”, adaptadas a cada contexto específico. Entra-se então no quadro do desenvolvimento endógeno, baseado na aplicação de estratégias territoriais diferenciadas, onde a aprendizagem e a integração de novos conhecimentos se inserem em projectos concebidos e assumidos localmente. Neste sistema, a aprendizagem assenta na descoberta das potencialidades dos recursos locais e já não apenas na oferta de conhecimentos existentes no mercado ou nas estruturas de investigação. Assume portanto a forma de uma experimentação directa, aquilo que se designa por “aprender fazendo”, “aprender por tentativa e erro” (“**learning by doing**”, “**learning by trial & error**”). Quando estas formas de aprendizagem exigem uma colaboração externa, fala-se então de “experimentação assistida ou guiada” (“**learning by fruitful collaboration**”), como acontece no exemplo a seguir.

[5] É o que em inglês se designa “*imbodyed transfer*”: os conhecimentos são “fornecidos” com a máquina, “integrados” no produto existente no mercado.

Voltaremos no Capítulo 3 ao “valor acrescentado” do LEADER e aos limites da sua acção em termos de processos de aprendizagem e de aquisição de conhecimentos, mas desde já se podem extrair alguns elementos essenciais que ressaltam da experiência LEADER.

A experiência LEADER revelou que **a aprendizagem a partir de um projecto concebido localmente não implica necessariamente a rejeição das outras formas de aprendizagem; pelo contrário, passa por uma articulação engenhosa de todas as fórmulas, no âmbito de uma estratégia integrada de aquisição de conhecimentos.** Assim:

- > os grupos de acção local (GAL) LEADER trabalharam na revalorização da aprendizagem através da recuperação do saber-fazer tradicional ou em vias de desaparecimento (“**learning by recycling the background experience**”);
- > a transferência de resultados de investigações sectoriais faz parte dos seus domínios de acção privilegiados (“**learning by transferring standardised knowledge**”), nomeadamente no que diz respeito à aquisição de novas tecnologias, mas tendo sempre a preocupação de preservar a identidade local e combinando modernidade com tradição;
- > os intercâmbios e as transferências de outras experiências foram igualmente uma actividade importante do LEADER, que implicaram processos de aprendizagem por imitação (“**learning by imitation**”) e por adaptação (“**learning by adaptation**”), nomeadamente através de visitas, projectos de cooperação, etc. A cooperação transnacional desempenhou um papel essencial a este nível;
- > o LEADER constituiu um terreno de investigação e de produção de novos conhecimentos para a inovação, através de processos de aprendizagem pela expe-

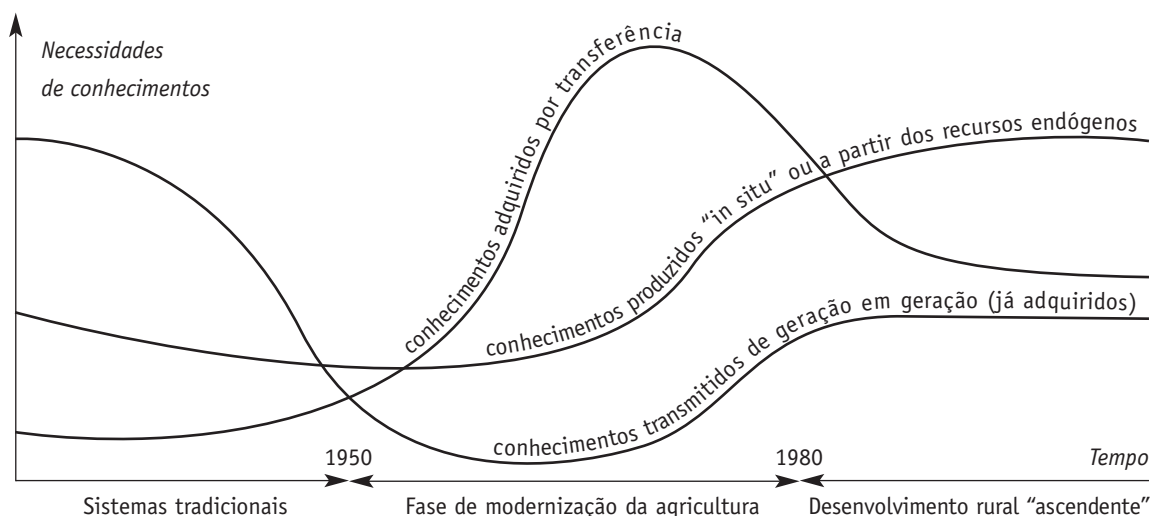
riência (“**learning by doing**”; “**learning by trial & error**”), mas também através da realização de diversas investigações aplicadas ou fundamentais;

> por último, todas estas formas de aprendizagem foram articuladas à volta de estratégias concertadas e aplicadas, que foram sistematicamente seguidas e avaliadas para daí extrair ensinamentos, dando lugar a novas estratégias mais apuradas, etc. (“**learning by monitoring and evaluation**”).

Um projecto concebido e executado localmente torna-se assim um “fio condutor” que articula todas as formas de aprendizagem. Por outras palavras, é o controlo da concepção e da execução dos projectos pelos próprios agentes interessados que garante a sua completa valorização em termos de aquisição de conhecimentos. Esta articulação e integração de várias formas de aprendizagem é a expressão de uma **sociedade local “em aprendizagem”**, uma sociedade local que adquiriu a capacidade de sistematizar a aprendizagem na acção e para a acção e portanto de assumir o seu próprio desenvolvimento. Voltaremos no capítulo seguinte às condições do aparecimento e da afirmação de sociedades locais em aprendizagem no meio rural.

f) Conclusão

Depois da era das sociedades rurais tradicionais, em que predominavam os conhecimentos transmitidos de geração em geração, e após um período de modernização do sector agrícola em que foram os conhecimentos adquiridos por transferência que dominaram, entra-se hoje, designadamente com o LEADER, em formas de aprendizagem diversificadas e integradas. Esta evolução das necessidades e das fontes de conhecimentos nos territórios rurais pode ser representada graficamente do seguinte modo:



c) Procura de investigação prospectiva

Enquanto os tipos de investigação referidos anteriormente se interessam por uma determinada aplicação, seja de ordem geral, como por exemplo a elaboração de uma nova tecnologia e/ou de um protótipo (nova variedade, máquina, etc.), ou se referem a um projecto concreto, a investigação prospectiva interessa-se por domínios que exigem um conhecimento mais aprofundado para extrair novas orientações ou oportunidades.

Quando se insere nas políticas gerais, a investigação prospectiva **tem por objectivo influenciar a própria orientação das políticas de desenvolvimento**. Este tipo de investigação destina-se a permitir a integração das aprendizagens obtidas de intervenções-piloto nas políticas gerais (“*mainstreaming*”).

Quando responde a pedidos precisos, a investigação prospectiva visa domínios que *a priori* parecem promissores, mas que é necessário conhecer melhor para se encontrarem novas aplicações possíveis. No caso do desenvolvimento dos territórios rurais, a investigação prospectiva **tem por objectivo tornar visíveis as potencialidades das especificidades locais**. Devem ser classificadas neste domínio as investigações sobre a identidade, os recursos históricos, patrimoniais, culturais e ambientais mal conhecidos ou mesmo ignorados pelos agentes locais e que, apesar disso, podem desempenhar um papel importante no futuro do território. Quando este tipo de investigação é realizado com o apoio dos agentes locais torna-se um excelente instrumento de apropriação do potencial local.

Os seis grupos LEADER do Burgenland (Áustria) recorreram a investigadores de diversos institutos e universidades – nomeadamente de Viena – para conhecerem melhor o património natural e cultural local e descobrirem novos pólos de interesse possíveis. Realizaram-se trabalhos de investigação prospectiva com o apoio de etnólogos, ecologistas, especialistas em gestão do território, etc., que levaram à formulação de acções originais de apoio ao desenvolvimento local, como o projecto “UNI-Mobil” (universidade móvel), que consiste em fazer um levantamento e avaliação da riqueza do património natural e cultural, com o objectivo de contribuir para o ordenamento do território e para o desenvolvimento das aldeias de acordo com a estratégia de desenvolvimento escolhida nas diferentes zonas LEADER da região do Burgenland. Trata-se de um trabalho em rede baseado numa trilogia GAL/universidades/autoridades locais, que facilita a disponibilização imediata dos resultados a nível local e regional.

d) A investigação fundamental

Contrarigaj2.051 0ed4 TD-0.015l)15 Tsj4.938 0 TDos 0 TD(s).503 0 T13o d52 0

A INVESTIGAÇÃO AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO RURAL: QUADRO DE SÍNTESE

Motivação	Tipos de investigação	Exemplos de investigação motivada por:	
		a) políticas de desenvolvimento ou de investigação (a oferta impulsiona a procura)	b) necessidades dos projectos (oferta impulsionada pela procura)
Investigação realizada para as necessidades de uma actividade específica	Investigação experimental	> Ensaios técnicos de laboratório para a concepção de protótipos	> Ensaios técnicos de aplicação no terreno > Testes de comercialização > Investigação experimental sobre os métodos de animação
	Investigação aplicada	> Concepção de novas tecnologias, equipamentos, variedades, etc.	> Análises de matérias-primas ou de produtos > Análises de mercados > Estudos de avaliação > Auditorias de projectos ou de empresas
Investigação motivada por um melhor conhecimento de um domínio que pode gerar desenvolvimento	Investigação prospectiva	> Investigação sobre o desenvolvimento rural integrado	> Investigação sobre recursos locais pouco conhecidos ou em vias de desaparecimento, sobre os valores culturais e identidades
Investigação realizada em função de necessidades de natureza científica	Investigação fundamental	> Investigação especializada sobre o património natural (geologia, paleontologia, ecologia, etc.) ou histórico (arqueologia, história recente) dos territórios rurais	

O exemplo seguinte ilustra a inter-relação entre os diferentes tipos de investigação:

O grupo LEADER Murgia Degli Svevi (província de Bari, Apúlia, Itália) escolheu a oliveira e o azeite biológico como eixo estratégico, veículo de desenvolvimento e de novas actividades económicas. Com efeito, na sua zona de intervenção existem cerca de 17 000 ha de oliveiras e 78 pequenas unidades de transformação agrupadas em 5 cooperativas, que produzem 6 000 toneladas de azeite por ano, a maior parte do qual comercializado até agora a granel. Renovar os conhecimentos para que o valor acrescentado pudesse ficar na região e alargar o controlo do sector tornou-se assim o objectivo principal do grupo LEADER.

> Para o efeito, foram inicialmente efectuadas **investigações experimentais** para encontrar os métodos de

cultura mais adaptados à cultura biológica da oliveira: realizaram-se ensaios sobre 14 variedades de azeitonas, bem como testes de adubos.

- > Paralelamente, foi efectuada **investigação aplicada** pela Universidade de Bari, destinada a definir normas de qualidade nas diferentes fases do produto (análises químicas, físicas e sensoriais).
- > Outro tipo de **investigação aplicada** consistiu em efectuar auditorias ambientais nas empresas transformadoras.
- > O projecto debruçou-se igualmente sobre os olivais como património natural e paisagístico. Foi lançada uma **investigação prospectiva**, destinada a definir linhas estratégicas em termos de ocupação do espaço, de criação de percursos para passeios a pé, etc.

Por último, as sinergias entre o projecto local e a cooperação transnacional – o grupo italiano Murgia Degli Svevi (Apúlia) é parceiro de um projecto de cooperação coordenado pelo GAL espanhol Macizo de Cairoig (Valência) sobre a valorização do azeite biológico – permitiram acelerar o processo de apropriação de conhecimentos. Foi constituído um núcleo de investigadores, técnicos e empresários deste sector nos territórios parceiros. Esta aprendizagem em rede é simbolizada por um nome (“Terra Mediterranea”) e por um logótipo.

Este exemplo revela claramente o interesse de um projecto “integrador” como ponto de partida para estruturar a procura de investigação-transferência e os processos de aprendizagem num território, garantindo uma capitalização progressiva dos conhecimentos. É assim que os conhecimentos provenientes de abordagens e de processos de aprendizagem diferentes se articulam numa estratégia temática de intervenção. No entanto, continua por resolver a questão da massa crítica necessária para aceder a certos tipos de conhecimentos – que será analisada mais adiante neste caderno. No exemplo de Murgia Degli Svevi, o trabalho em rede constituiu uma forma de resolver este problema, facilitando a aquisição, sem custos adicionais, de conhecimentos complementares.

1.3 Síntese

Vimos como se exprimem as necessidades de conhecimentos para o desenvolvimento rural, as diversas formas de aprendizagem que isso implica, bem como as diferentes relações possíveis com fontes externas de conhecimentos. O que leva a considerar diferentes tipos de investigação úteis para o desenvolvimento rural, bem como diversas razões para a investigação, distinguindo entre as ofertas de investigação que suscitam a procura e as suscitadas pela procura.

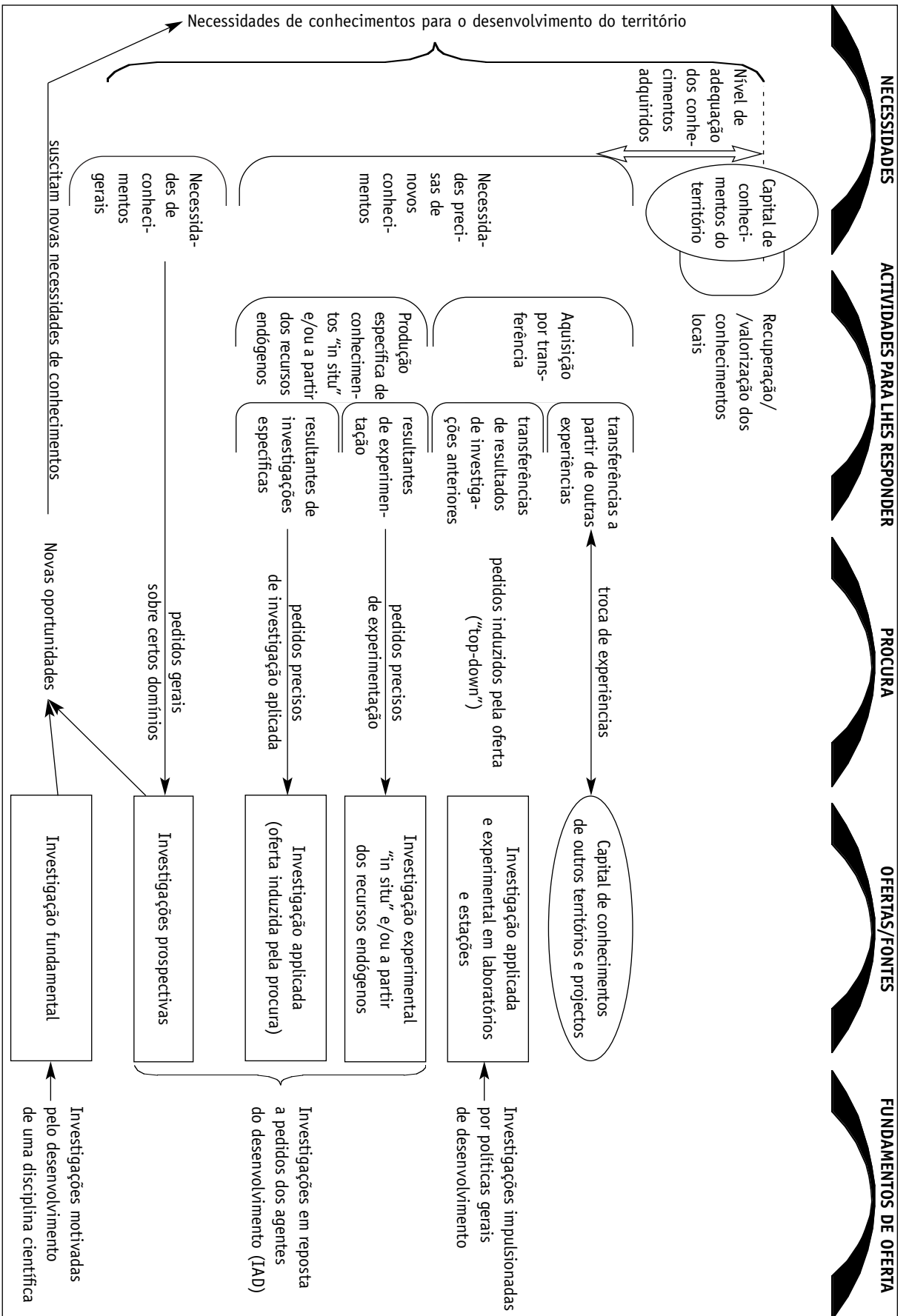
Vimos igualmente que as sociedades rurais evoluíram actualmente para uma diversificação das formas de aprendizagem e de relações com as fontes externas, duas dimensões que se afirmam e articulam progressivamente numa sociedade local em aprendizagem.

Perante esta complexidade é possível definir um esquema sintético que evidencia as diferentes articulações possíveis num território rural, nomeadamente entre:

- > as **necessidades de conhecimentos** para o desenvolvimento do território;
- > as **actividades para responder a estas necessidades**, distinguindo as três formas de aquisição de conhecimentos referidas no início deste capítulo: recuperação/valorização dos conhecimentos locais, aquisição por transferência e produção específica de conhecimentos (implicando estas formas subcategorias, de acordo com as fontes a que recorrem);
- > a **procura de conhecimentos externos**;
- > a articulação dos pedidos entre **ofertas e fontes de conhecimentos**, retomando as categorias apresentadas anteriormente;
- > finalmente, as motivações, os **fundamentos da oferta** em relação a cada um destas fontes de conhecimentos.

Este esquema de síntese descreve assim o quadro geral onde se exprimem as necessidades de conhecimentos para o desenvolvimento rural e as diferentes vias para as satisfazer. Resta saber como é que neste quadro geral se realizam os processos de aprendizagem e de produção de conhecimentos. É esse o objecto do capítulo seguinte.

NECESSIDADES, PROCURA E OFERTA DE CONHECIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM TERRITÓRIO RURAL



Capítulo 2

Os processos de aprendizagem nos territórios rurais

Os processos de aprendizagem nos territórios rurais

A aquisição de conhecimentos ao serviço do desenvolvimento de um território rural é um processo que não é simples nem espontâneo. Deparam-se numerosos obstáculos à acção e esta só se pode iniciar à custa de um esforço especial, feito a vários níveis. A análise dos processos e ciclos de aprendizagem permite identificar estes diferentes níveis de intervenção que podem permitir a afirmação de uma sociedade local em aprendizagem.

Qualquer que seja a origem dos conhecimentos adquiridos (recuperação/valorização de conhecimentos locais, aquisição por transferência de conhecimentos existentes fora do território ou produção específica de novos conhecimentos), deparamos sistematicamente, em especial no caso das zonas de intervenção LEADER, com o mesmo tipo de cenário. Trata-se de um processo em seis fases, que são as seguintes:

- 1. A animação** como ponto de partida – a animação é tudo o que facilita os processos de desenvolvimento e que vai fazer surgir as necessidades de conhecimentos. Permite valorizar as relações existentes ou criar novas relações para “comparar” a realidade (produtiva, ambiental, institucional, etc.) do território em causa com outras situações, semelhantes ou diferentes.
- 2. A identificação das necessidades de conhecimentos** exige exercícios de trocas, de reconhecimento e de análise dos conhecimentos e das competências existentes no território.
- 3. A determinação das diversas fontes para obter estes conhecimentos** implica investigações, o recurso a redes existentes, a exploração das relações familiares, comerciais, institucionais, etc., para se fazer a melhor escolha. Estas acções permitem simultaneamente precisar melhor as necessidades internas.
- 4. A ligação com as fontes** implica uma concertação em torno de objectivos comuns no que se refere aos conhecimentos desejáveis, o que se consegue associando os agentes que carecem desses conhecimentos, por um lado, e os agentes que “possuem as respostas”, por outro.

5. A aquisição/produção de conhecimentos propriamente dita pode assumir diversas formas. Pode significar, por exemplo, a criação de mecanismos de aprendizagem colectiva em que participa o conjunto dos agentes interessados.

6. A aplicação dos conhecimentos adquiridos é o resultado do ciclo, com um impacto nos processos de desenvolvimento e na integração de novos conhecimentos no património do saber-fazer territorial.

Estas seis fases constituem um ciclo, na medida em que a aplicação dos conhecimentos conduz a uma nova situação em termos de animação, que por sua vez fará aparecer novas necessidades, etc. Podemos por isso falar de “**ciclos de aprendizagem**” e considerar que estes ciclos se articulam com os processos de desenvolvimento, quer sucedendo-se (ciclos “em série”), quer em simultâneo (ciclos “em paralelo”). Estas diversas articulações possíveis são especificadas mais à frente, a partir de exemplos concretos.

Nos três casos de produção de conhecimentos encontramos um ciclo de aprendizagem:

- se a origem dos conhecimentos for interna, ou seja, se se tratar de recuperação/valorização de conhecimentos locais, falamos de um “**ciclo interno**”, porque se realiza no interior do território;
- se se tratar de uma transferência de conhecimentos existentes fora do território, falamos de “**ciclo externo**”, porque algumas das fases essenciais do ciclo se realizam através de uma ligação externa ao território;
- se se tratar de produção específica de novos conhecimentos, falamos de “**ciclo misto**”, na medida em que esta produção se pode fazer em parte localmente, mas exige igualmente apoios externos, nomeadamente dos organismos de investigação especializados.

Estes três casos diferem na forma como se processam as fases 3, 4 e 5 (determinação das fontes, ligação com as fontes e produção/aquisição de competências), sendo as outras três fases similares.



Em 1986, é concluída uma investigação fundamental no domínio da microbiologia e dos adubos especiais. Os produtores organizam-se para disporem localmente de um laboratório de química. Em 1989, é instalado um centro de produção de alimentos de qualidade. Os presidentes das câmaras envolvem-se no projecto e com eles aderem igualmente ao projecto muitos agentes locais.

No fim da década o kirsch do vale começa a ser conhecido a nível nacional. A actividade dos agricultores locais foi relatada na imprensa, o que aumentou consideravelmente o seu capital de confiança. Em 1990, decidiram ir mais além e adoptaram uma estratégia integrada de desenvolvimento. A acção, aplicada até então a um único sector, o da cereja, foi aplicada a todo o território, abarcando o conjunto dos produtos frescos colhidos no vale. Os resultados das investigações efectuadas são largamente divulgados na zona. Criam-se novas competências e capacidades empresariais, que conduzem a projectos-piloto apoiados pelo LEADER I. Investigações sobre a conservação dos frutos a uma temperatura controlada e igualmente sobre o desenvolvimento turístico alargam as capacidades de acção. O território torna-se mais forte, o vale abastece actualmente cadeias de supermercados ao nível espanhol e europeu. Pode dizer-se que entre 1997 e 1999 se atingiu a massa crítica para assegurar de forma duradoura o impacto positivo das estratégias criadas.

Este exemplo concreto permite retirar algumas conclusões em relação à apropriação de conhecimentos num contexto em que a viabilidade do património territorial é reconhecida pelos agentes locais:

1. Os ciclos de aprendizagem são processos de **longo prazo**. No caso do vale do Jerte, pode considerar-se que houve vários ciclos de aprendizagem, tendo cada um durado **em média entre 5 e 10 anos**. O primeiro ciclo abrange o período de 1980-89, até estar concluído o complexo para a produção de kirsch: a investigação microbiológica foi longa (3 anos) e o resto do tempo foi necessário para que a comunidade se pudesse apropriar dos resultados.
2. Neste processo, 50% dos objectivos iniciais traduziram-se na prática. O que significa que os resultados diferem das necessidades à partida. Portanto, as cinco fases do ciclo não se sucedem de maneira linear e mecânica: verificam-se permanentemente **avanços e recuos**. Assim, por exemplo, as necessidades são identificadas à partida, mas podem ser revalidadas durante o ciclo.

3. Os ciclos de aprendizagens não são de um único tipo (interno, externo ou misto): a maior parte das vezes **combinam várias fontes** de conhecimentos. Verifica-se assim no exemplo do vale do Jerte que os conhecimentos produzidos pela investigação sobre o património local foram necessários para renovar o valor desse mesmo património, bem como a organização e divulgação dos conhecimentos formalizados.
4. Qualquer processo de aprendizagem a longo prazo inclui um **elemento motor** que assegura a continuidade do processo. No caso do vale do Jerte, foi o **sector** (as cerejas) que desempenhou este papel na estratégia de renovação dos conhecimentos, ao colocar em sinergia diferentes resultados de investigação e de processos de aprendizagem, ou mesmo a sua apropriação pelos agentes interessados. Esta combinação de diferentes tipos de investigação e de processos de aprendizagem deu bons resultados, uma vez que originou um processo cumulativo de conhecimentos à volta de um mesmo sector.
5. A **confiança** é um factor essencial do sucesso. Confiança entre agentes, mas também em relação ao próprio interesse da investigação e da aprendizagem colectiva. Assiste-se a um efeito de impulso, a um “círculo virtuoso”, na medida em que a confiança induzida pelo sucesso da aplicação de conhecimentos adquiridos facilita a expressão de novas necessidades e a procura de novos conhecimentos que, por sua vez, vêm enriquecer o património já adquirido.

2.2 O papel das relações sociais nos processos de aprendizagem

É verdade que o exemplo do vale do Jerte não é com certeza representativo de todos os territórios rurais europeus. Em muitos casos os processos de aprendizagem foram produzidos de forma diferente, nem sequer se produziram ou continuam a ser muito reduzidos. No vale do Jerte estavam reunidas algumas condições para que estes processos fossem possíveis, pelo menos durante o período de vinte anos descrito, nomeadamente:

- > a forte estruturação social à volta do sector predominante das cerejas: estruturação das explorações familiares e das relações entre gerações em redor desta produção; agrupamento das explorações em cooperativas agrícolas de transformação, embalagem e comercialização, por sua vez agrupadas numa união de cooperativas;

- > a forte coesão social existente à volta deste sector: participação activa dos agricultores em cooperativas, grande confiança na direcção da união de cooperativas e coesão entre a direcção da cooperativa e o grupo LEADER;
- > a existência de uma equipa técnica pluridisciplinar coesa a nível do grupo LEADER e que trabalha directamente com a direcção da cooperativa e com as autoridades locais;
- > a abertura dos agentes locais, tanto públicos como privados, à inovação e à diversificação.

Geralmente, uma sociedade local que funciona em aprendizagem apoia-se na existência de um tecido de relações sociais, económicas, familiares, de solidariedade, etc. Estas relações podem ser informais ou formais/contratuais, bilaterais ou multilaterais, etc. e põem em jogo:

- > relações organizacionais;
- > relações de reconhecimento e de confiança entre diferentes tipos de agentes, quer seja no território ou fora dele: é a capacidade da sociedade local para reconhecer as competências e os limites de cada um e para identificar as complementaridades necessárias, nomeadamente, que pode assegurar a plena valorização dos recursos humanos e institucionais locais ou externos ao território para consolidar os processos de aprendizagem;
- > relações de reconhecimento à volta de referências comuns: defesa de um produto ou de um sector, valores comuns, conhecimentos partilhados, etc.;
- > relações de pertença em termos de identidade a um grupo social ou a um território específico.

No quadro das relações sociais, mais do que a quantidade é a qualidade e sobretudo a boa organização de diferentes tipos de relações que formam a capacidade de aprender de uma sociedade local. E mais ainda do que as próprias relações, é a capacidade local para renovar estas relações que vai permitir enfrentar os novos desafios que se deparam. Por exemplo, as relações de transmissão de saber-fazer entre gerações foram muito fortes no passado e marcaram profundamente o meio rural, mas alguns territórios isolados, por falta de renovação dessas relações, já não tiveram capacidade para encontrar soluções adequadas para conservar os jovens no local e a própria aprendizagem por trocas entre gerações desapareceu.

As referências e preocupações comuns desempenham igualmente um papel fundamental na aproximação dos agentes nos processos de aprendizagem. Têm origem

frequentemente num elemento exógeno. No caso do vale do Jerte, foi a doença das cerejeiras que aproximou os produtores e os levou a procurarem resolver o problema recorrendo à investigação. Atendendo ao sucesso da operação, o recurso à investigação tornou-se uma referência comum positiva. Mas pode acontecer que mais tarde apareçam situações de conflito, que destruam as relações de reconhecimento e de confiança que estiveram na base do processo de aprendizagem, interrompendo-o.

Por conseguinte, a situação varia de acordo com os contextos territoriais e os momentos:

- > quando as relações sociais são suficientemente fortes e bem organizadas, os processos de aprendizagem funcionam com mais facilidade, **por emulação endógena**. Inserem-se sobretudo nas dinâmicas familiares, mas também nas dinâmicas empresariais, quando existem interdependências entre elas. Nestes territórios “ricos em relações sociais”, a identificação das necessidades de conhecimentos e de transferência do exterior pode fazer-se com uma pequena margem de erro. A emulação endógena e o apoio social à adopção de riscos são suficientemente fortes para facilitar combinações inovadoras de recursos e absorver eventuais insucessos;
- > quando não existem ou desapareceram as relações sociais para a aprendizagem, a margem socialmente tolerada (. In) 1995. 9060 - 1.556 TDlas endizagar ente

O défice demográfico das zonas rurais é certamente um elemento desfavorável à construção de relações sociais. Por conseguinte, a existência de densidades populacionais fracas e de desequilíbrios na repartição populacional podem constituir desvantagens para a renovação dos conhecimentos. No entanto, nem sempre é esse o caso e existem soluções para colmatar estes défices demográficos e de relações sociais. Nomeadamente, podem desenvolver-se relações sociais graças às novas tecnologias de comunicação. Esta forma de actuação, facilitada na Iniciativa LEADER pela cooperação transnacional, permitiu o desenvolvimento da aprendizagem através da conexão em rede (“**learning by networking**”).

“BIORED” e “CLUB BIORED” são rótulos de uma rede telemática que agrupa cinco territórios LEADER espanhóis (dois dos quais nas ilhas Baleares e nas Canárias), dois portugueses (um na Madeira) e um alemão. O objectivo da rede é impulsionar os produtores de cada território parceiro a adoptarem e respeitarem normas de qualidade. Internamente, em cada território a rede apoia a introdução de tecnologias de comunicação e a criação de um espaço de intercâmbio entre os aderentes à acção. Externamente, a oferta de produtos e de serviços é unificada num sítio Internet único, o que facilita as interações e a troca de informações.

2.3 Conclusão: criar ou renovar as relações para a aprendizagem

Ainda que pareça que um território construiu com o tempo relações sociais suficientes para garantir um processo de aprendizagem a longo prazo, não está nunca ao abrigo de uma degradação brusca deste processo, na sequência do desaparecimento ou afastamento de pessoas ou de instituições essenciais, ou ainda de um insucesso num domínio em que desde há muito se tinham concentrado as energias.

Muitos territórios têm assim de reconstituir relações e tornar-se “sociedades em aprendizagem” a partir de conhecimentos “contextuais” que gradualmente deixaram de se renovar ou de representar um interesse económico. Esta acção, bastante complexa, exige sobretudo a recuperação da confiança dos agentes no seu território. Nos casos em que as relações e os ciclos de aprendizagem se apoiam em conhecimentos acumulados, considerados como fonte de dinamismo e de rendibilidade, a confiança e a capacidade de risco dos agentes pode ser suficientemente forte para com o tempo conseguir relançar um processo de aprendizagem.

Na zona LEADER Carnica Rosental (Caríntia, Áustria), a renovação dos conhecimentos e dos ciclos de aprendizagem à volta de uma espécie tradicional de abelhas desaparecida (abelha “Carnica”) falhou. Foram necessários tempo e intervenções específicas para voltar a criar a confiança com base numa nova temática de desenvolvimento: uma raça de carneiros (“Brillenschaf” ou “carneiro de lunetas”) em vias de extinção. Desta vez a presença de um simbolismo forte, o envolvimento de agentes dedicados e a colaboração de um instituto de investigação permitiram desencadear um novo processo de investigação-aprendizagem.

Quer se trate de criar condições para uma sociedade em aprendizagem num território “fraco” ou de a reconstituir após um insucesso num território “forte”, em ambos os casos a questão coloca-se em termos de criação ou de renovação de relações sociais para a aprendizagem: relações de organização, de reconhecimento das competências de cada um, de confiança, de reconhecimento mútuo em torno de referências comuns, etc.

Esta criação ou renovação das relações para a aprendizagem passa por acções específicas nesse sentido. O programa LEADER, de que uma das características fundamentais é precisamente trabalhar na criação e renovação de relações entre os agentes, as acções e os territórios, pode desempenhar um papel-chave nesta área. O LEADER pode assim intervir nas diferentes fases dos ciclos de aprendizagem para criar/recrir as condições de uma sociedade em aprendizagem.

Para o efeito, o programa apoia-se simultaneamente nos recursos endógenos e nos recursos exógenos. A criação e a manutenção de relações com fontes de conhecimentos externas são essenciais para o relançamento de processos de aprendizagem. Estas relações exógenas podem ser encontradas na cooperação entre territórios e no funcionamento em rede, mas também ao nível das relações com o mundo da investigação.

É por isso que antes de estudar qual pode ser o papel do LEADER na constituição de relações para a aprendizagem e de uma sociedade local em aprendizagem, que é objecto do Capítulo 4, se analisarão as relações com as fontes de conhecimentos externas, nomeadamente com o mundo da investigação. Resta saber, com efeito, se este está preparado para dar resposta a esta necessidade essencial dos territórios rurais e como é que se podem estabelecer ligações entre investigação e desenvolvimento rural. É esse o objecto do capítulo seguinte.

Capítulo 3

As necessidades do desenvolvimento e a oferta de investigação

As necessidades do desenvolvimento e a oferta de investigação

A oferta de conhecimentos para o desenvolvimento das zonas rurais tem origem no mundo académico (universidades e centros de investigação) ou noutras instituições intermédias, que a maior parte das vezes dão resposta a necessidades pontuais de carácter técnico. Esta oferta é de um modo geral pouco acessível aos agentes locais e pouco adaptada às necessidades de desenvolvimento do mundo rural, uma vez que o meio académico continua ainda pouco envolvido nas práticas de desenvolvimento. Estes desajustamentos são hoje claros porque se assiste a um reanimar dos territórios rurais que, possuindo estratégias próprias são eles a solicitar investigações específicas. É por isso que se está a assistir a uma aproximação entre universitários, investigadores e agentes do desenvolvimento rural e se está a criar um conjunto de instrumentos de natureza humana, institucional e conceptual para facilitar essa aproximação.

Nos dois primeiros capítulos, vimos como é que a evolução das zonas rurais e a sua tendência para se dotarem de uma estratégia de desenvolvimento local implicam novas necessidades de conhecimentos e conduzem à procura de diferentes tipos de investigação e de fontes para dar resposta a essas necessidades.

Agora vamos examinar a outra face do problema, analisando a oferta de conhecimentos a nível dos sectores e em termos de especificidades locais e deixando de lado, de momento, a investigação sobre as tendências e as perspectivas do mundo rural, cujo objectivo é sobretudo a renovação das políticas.

Quais são então as fontes de conhecimentos que podem ser úteis para o desenvolvimento dos territórios rurais e como é que funcionam? Pensamos naturalmente nas universidades e centros de investigação, em institutos especializados, etc. Com efeito, as fontes de produção de conhecimentos úteis para o desenvolvimento rural são muito variadas:

> por um lado, todos os organismos que têm por vocação a produção de conhecimentos directamente relacionados com as questões rurais “clássicas”. São

sobretudo todos os organismos de investigação sectoriais, nomeadamente no domínio agrícola e agro-alimentar (institutos de investigação agronómica, organismos especializados por sector, etc.), do turismo rural, do artesanato, etc.;

- > por outro lado, todos os organismos que produzem conhecimentos e técnicas (organismos de investigação fundamental a nível nacional, por exemplo) que não se destinam especificamente a dar resposta a necessidades rurais, mas que podem ter interesse para os agentes destes territórios;
- > também as escolas técnicas e outros organismos especializados, próximos do “terreno” ou com uma vocação experimental;
- > gabinetes de estudos, etc.

Como caracterizar a oferta de conhecimentos? Estará a mesma adaptada às necessidades actuais dos territórios rurais? Tem em conta as evoluções desejáveis e os desafios que se colocam no futuro a estes territórios? Quais são as “falhas” que existem a este nível e como colmatá-las?

3.1 As principais características da oferta de conhecimentos produzidos pela investigação académica

Para além da sua diversidade, as práticas da investigação académica obedecem a certos enquadramentos gerais, associados à natureza da acção científica:

- > em primeiro lugar, o objectivo científico de uma investigação leva os investigadores a debruçar-se sobre um objecto específico e a limitar-se a esse objecto, o que tem por efeito introduzir especializações cada vez mais profundas, bem como uma certa “impermeabilidade” entre diferentes disciplinas. Daqui resulta que a problemática rural na ciência é muito segmentada: estudos sobre os solos, agricultura, património etnológico, etc. Cada segmento específico encontra o seu quadro de referência em revistas especializadas e o que é para publicar é definido segundo critérios de qualidade científica e não em função das necessidades do desenvolvimento local;

- > os investigadores estão sujeitos a regras de promoção profissional que condicionam as suas actividades, nomeadamente no que se refere à produção de publicações;
- > a investigação científica realiza-se em instituições que funcionam frequentemente de acordo com uma lógica própria e sem verdadeiras relações com o exterior.

Estas características variam consoante o tipo de investigação a realizar:

- > é no caso da investigação fundamental que sem dúvida estas características são mais marcadas. Aqui a lógica científica de desenvolvimento dos conhecimentos, no âmbito de uma disciplina, funciona plenamente e os objectivos de desenvolvimento raramente são tidos em conta;
- > no caso da investigação aplicada, pelo contrário, assiste-se a uma maior aproximação entre investigadores e “promotores de desenvolvimento”, sobretudo se estes solicitam investigação. Existem contudo diferenças importantes, consoante as investigações são orientadas para aplicações gerais que não têm necessariamente a ver com o desenvolvimento rural (como por exemplo as aplicações sectoriais: sector da energia, da água, etc.) ou as aplicações que estão directamente ligadas: a investigação aplicada às actividades das empresas locais, por exemplo.

Para além destas características intrínsecas de cada tipo de investigação, também as lógicas financeiras influenciam consideravelmente a forma da produção de conhecimentos:

- > os custos obrigam a limitar as actividades de investigação aos domínios com maior interesse e mais prometedores do ponto de vista científico (investigação fundamental) ou às aplicações directas possíveis (investigação aplicada). O que implica, por exemplo, que a investigação aplicada se interessa sobretudo pelas grandes empresas, pelos sectores importantes, etc., tendo tendência para deixar de lado as pequenas empresas, os produtos pouco correntes, etc., o que obriga os agentes interessados a agruparem-se para poderem beneficiar deste tipo de investigação;
- > a necessidade de financiamento implica algumas restrições que diferem segundo a fonte: por exemplo, uma entidade que concede fundos públicos poderá dar maior importância à produção científica, enquanto um financiador privado incentivará antes aplicações concretas a curto prazo.

3.2 Os desajustamentos entre a oferta e a procura

As características da investigação conduzem a um certo número de desajustamentos entre ofertas de conhecimentos produzidos e procura das zonas rurais. Estes desajustamentos tornam-se cada vez mais evidentes à medida que os territórios rurais tendem a dotar-se de um projecto e de uma estratégia de desenvolvimento cuja execução exige conhecimentos novos e relevantes. Podem considerar-se três tipos de desajustamentos:

a) Os desajustamentos associados à própria natureza da investigação científica e das instituições de investigação

Alguns desajustamentos estão relacionados com a própria natureza da investigação e das instituições que a enquadram. São eles:

- > Desajustamentos em termos de **distância**. Em primeiro lugar distância física entre as instituições de investigação (nomeadamente no domínio tecnológico) e as zonas rurais. À distância física acrescenta-se a questão da visibilidade pretendida pelos investigadores e pelos financiadores, que conhecem mal o meio rural. Ora, as necessidades rurais em matéria de investigação referem-se frequentemente a projectos de pequena dimensão ou que “não estão na moda”, daí que não tenham visibilidade e, por conseguinte, não suscitem o interesse das entidades que oferecem a investigação;
- > Desajustamentos em termos de **tempo**. Para os investigadores, sobretudo na investigação académica e fundamental, a duração das investigações depende da evolução da reflexão, da verificação das hipóteses, etc. Esta acção dura frequentemente vários anos, enquanto as necessidades de conhecimentos para o desenvolvimento são em geral necessidades de curto prazo, muitas vezes ligadas à duração dos programas e das políticas de apoio;
- > Desajustamentos sobre **a definição do objecto da investigação**. A investigação está frequentemente organizada por especialidades (especializações técnicas, em ciências humanas, em história, em sociologia, em economia, etc.). Para os investigadores, o objecto da investigação pode ser separado de uma visão territorial global e de uma funcionalidade imediata. Para eles o objecto é circunscrito, delimitado, parcial, enquanto para os agentes de desenvolvimento esse objecto se insere cada vez mais numa estratégia territorial de conjunto, uma estratégia que procura a diferenciação, a valorização dos recursos locais, que frequentemente não têm um mercado consolidado;

- > Desajustamentos em termos de **abordagens**, na medida em que a investigação efectuada por instituições universitárias é tradicionalmente orientada pelo produto (“product-oriented”), em vez de ser orientada pelo processo (“process-oriented”). Ora a investigação orientada pelo produto ignora a maior parte das vezes os aspectos do contexto – institucionais ou outros –, que se revelam determinantes na realização de actividades ou de mudanças;
- > Desajustamentos em termos de **interesse**. Os investigadores estão sujeitos a imperativos de publicações científicas regulares que os obrigam a produzir um certo tipo de conhecimentos frequentemente não compatíveis com as necessidades no “terreno”;
- > Por último, desajustamentos em termos de **comunicação**, devido à relativa dificuldade para os agentes do desenvolvimento (agentes, empresários, autarcas, responsáveis associativos, etc.) de traduzirem os resultados da investigação em aplicações práticas. O que suscita a questão da adequação e da divulgação dos resultados da investigação aos diferentes níveis onde podem ser utilizados (agentes de desenvolvimento, produtores, autores das políticas, etc.), bem como ao nível do próprio mundo académico.

b) Os desajustamentos em termos de práticas

A natureza da investigação científica e as preocupações dos investigadores conduzem a práticas que por vezes entram em contradição com as necessidades do desenvolvimento rural e as abordagens territoriais.

Assim, para os agentes de desenvolvimento, a especificação da “necessidade de investigação” é hoje, muito mais do que no passado, o produto da participação dos agentes interessados; insere-se, por conseguinte, num processo de animação que identifica as necessidades de mudança e de inovação a partir das potencialidades locais, enquanto para os investigadores a “necessidade de investigação” pode, em última instância, ser definida sem qualquer implicação das populações rurais.

Do mesmo modo, para os agentes de desenvolvimento a “divulgação dos resultados” implica o alargamento de competências e conhecimentos das populações abrangidas; para os investigadores, pelo contrário, esta divulgação pode assumir a forma de uma simples publicação. Por vezes, as preocupações com a acumulação de conhecimentos científicos por parte dos investigadores, das instituições científicas e das políticas nacionais de investigação conduzem a uma concentração de conhecimen-

tos nas cidades ou mesmo à privação das zonas rurais de uma parte do património essencial para o seu desenvolvimento. Só através da concepção de uma estratégia territorial própria é que um território rural chega a reter/aproveitar os resultados das investigações.

Na zona LEADER Els Ports (Comunidade de Valência, Espanha), o município de Morella é rico em vestígios paleontológicos. Ora as investigações realizadas desde o final do século XIX sobre este tema tinham levado a concentrar uma parte destes vestígios no Museu das Ciências Naturais de Madrid. Retomada em 1970, a investigação no terreno revelou uma das colecções de fósseis mais importantes da Europa e deu origem à publicação da primeira monografia consagrada aos dinossauros em Espanha, realizada pelo Instituto de Paleontologia de Sabadell. Este trabalho e estas colecções caíram depois no esquecimento durante vinte anos; só em 1994, desta vez no âmbito de uma nova abordagem de desenvolvimento territorial, é que o município de Morella criou o “Museu do Tempo dos Dinossauros” e este património se tornou um eixo de desenvolvimento temático (“Els Ports, Terra dos Dinossauros”). Por iniciativa do grupo LEADER, o município de Morella, a associação dos “Amigos da Paleontologia de Morella”, a Fundação para a Protecção do Ambiente de Ports-Maestrat, a Universidade Autónoma de Madrid, o Instituto de Paleontologia de Sabadell e o Museu de Paleontologia de Valência tornaram-se parceiros de um verdadeiro projecto de desenvolvimento territorial.

c) Os desajustamentos associados aos problemas financeiros e aos custos

De um modo geral, são consagrados poucos meios financeiros especificamente para a investigação ao serviço do desenvolvimento rural. Os conhecimentos que podem ser úteis para as zonas rurais são muitas vezes produto de investigações efectuadas noutros domínios. Podem ser, nomeadamente:

- > investigações aplicadas de carácter sectorial, designadamente agrícolas. Como se sabe, estas investigações interessam-se sobretudo pelos grandes sectores;
- > investigações fundamentais realizadas nas zonas rurais devido à presença de elementos com um interesse científico específico;
- > trabalhos de cadeiras universitárias especializadas no desenvolvimento rural.

3.3 Uma tendência para a redução das diferenças

Por conseguinte, existem desajustamentos entre a investigação e as necessidades de conhecimentos para o desenvolvimento rural a diversos níveis. Todavia, a diferença tende a reduzir-se progressivamente por efeito de vários factores:

- > A investigação aplicada sobrepõe-se cada vez mais à investigação fundamental. Nomeadamente ao nível dos financiamentos: a redução dos auxílios públicos leva os investigadores a procurarem meios financeiros no sector privado, mais exigente em matéria de resultados aplicáveis a curto prazo. Do mesmo modo, a investigação puramente académica perde prestígio, sendo atribuída maior importância à investigação associada às realidades concretas. A divulgação dos resultados da investigação junto do grande público assume igualmente maior importância;
- > O ensino superior também evoluiu bastante neste sentido nos últimos 30 anos. As universidades estão por isso à procura de contactos e tendem “a aproximar-se do terreno”. Multiplicam-se na Europa especializações em desenvolvimento rural, que se baseiam em conteúdos substancialmente práticos;
- > Estas evoluções resultam também do facto de os investigadores serem hoje muito mais solicitados pela sociedade civil. O investigador já não está isolado: tem interlocutores na sociedade civil local. O exemplo de Morella mostra como paleontologistas que trabalhavam desde há anos isoladamente foram solicitados, ou até mesmo interpelados pelos agentes locais para colocarem o seu trabalho ao serviço do desenvolvimento do território.

No entanto, estas evoluções variam significativamente em função dos contextos regionais e nacionais.

3.4 Fazer a ponte entre a oferta e a procura

O contexto geral e o facto de os territórios rurais começarem a ter estratégias de desenvolvimento próprias facilita actualmente a criação de pontes entre investigadores e processos de desenvolvimento territoriais.

A este propósito, as experiências existentes revelaram diferentes soluções e diferentes instrumentos possíveis (de ordem conceptual, institucional, financeira, etc.) que podem completar-se e articular-se de diversas formas, permitindo assim responder melhor a cada situação específica. Eis alguns exemplos destas soluções e instrumentos^[7].

3.4.1 Reduzir as diferenças em termos de “distâncias”

a) Criar “massas críticas”

O principal obstáculo a uma aproximação entre investigadores e agentes do desenvolvimento é um problema de distância – num sentido lato, ou seja, não só a distância física, mas também a falta de visibilidade e de interesse recíproco para que a relação se estabeleça – e igualmente de diferenças em termos de custos (custos incompatíveis com os benefícios esperados).

Na maior parte dos casos, a solução básica consiste em agrupar os pedidos, de modo a atingir uma “massa crítica” suficiente para adquirir maior visibilidade, interessar os investigadores e obter custos unitários que sejam suportáveis.

O problema coloca-se particularmente no meio rural, porque para além da distância física os recursos que devem ser objecto de investigação muitas vezes não estão a ser explorados ou estão abandonados ou ameaçados de desaparecer por falta de rentabilidade imediata. A criação de massas críticas torna assim possível o acesso a estruturas capazes de isolar os conhecimentos indispensáveis para a elaboração de soluções alternativas viáveis.

[7] A maior parte dos exemplos apresentados nesta parte foram retirados de sete estudos de casos realizados por ocasião do seminário de Franecker (Países Baixos).

A valorização da lã de raças ovinas autóctones (que têm uma lã demasiado espessa para uma utilização industrial “normal”) preocupava os grupos LEADER italianos Vale Elvo, no Piemonte, e Anglona-Monte Acuto, na Sardenha, bem como os grupos espanhóis Montana del Teleno e Valadolid Norte, na região de Castela-Leão. Os quatro territórios, confrontados com os custos dos investimentos necessários para a realização de uma investigação experimental sobre a qualidade desta lã e a comercialização de produtos que dela pudessem derivar (painéis de isolamento, tapeçarias, etc.), juntaram esforços e distribuíram entre si as tarefas em função das facilidades de acesso às estruturas de investigação de que cada um dispunha: assim, como o GAL Vale Elvo se encontrava num distrito industrial de produção têxtil (Biella), fez a ponte com organismos de investigação e empresas especializadas na matéria, nomeadamente com o Centro Nacional de Investigação “Oreste Rivetti” para a análise qualitativa e tecnológica da lã (rendimento, comprimento das fibras, resistência, grau de brancura, etc.) e com a empresa “Lanificio Fratelli Piacenza” para a elaboração de uma gama original de produtos derivados das diferentes lãs existentes. A necessidade de se conseguir uma massa crítica para aceder às estruturas de investigação não impediu que fossem preservadas as especificidades de cada território: a concepção e o design dos produtos inspiram-se nas tradições e no ambiente próprio de cada um deles.

b) Criar estruturas institucionais adequadas, projectos específicos, redes formalizadas

Em muitos casos, no entanto, o simples agrupamento de agentes não basta para criar uma massa crítica que possa estabelecer e assegurar a ligação com a investigação. Então este agrupamento tem de se completar e reforçar através de instrumentos complementares, como os **instrumentos institucionais**.

O sector das castanhas em França é marginal e não interessava os organismos de investigação aplicada, nem as políticas nacionais de investigação, orientadas sobretudo para os grandes sectores (cereais, carne, leite, etc.) e para os quais foram criados “Centros Técnicos Interprofissionais”, apoiados pelo Estado. Nas políticas nacionais considerava-se, portanto, que no que se referia aos pequenos sectores competia aos produtores e às suas organizações profissionais solicitar aos investigadores a criação de programas específicos, dotados de financiamentos ad hoc. Neste contexto, tendo em conta o papel fundamental da castanha para a manutenção da identi-

dade de Cévennes (zona sul do Maciço Central), as Câmaras de Agricultura desta região agruparam-se para criar uma estrutura de interface com a investigação, o SIME (Service Interchambres d’Agriculture de Montagne Elevage), cujo funcionamento se tornou possível graças ao agrupamento dos produtores numa associação profissional específica.

Noutros casos, a constituição de uma massa crítica suficiente para fazer a ligação com os investigadores passa pela criação de um **projecto específico**.

No território LEADER Noord West Friesland (Frísia, Países Baixos), é fundamental que as PME tenham uma situação sólida para manter vivas zonas rurais confrontadas com uma forte diminuição do número de trabalhadores agrícolas. O que passa por uma boa capacidade de inovação. Ora, a investigação e desenvolvimento para as empresas são orientados sobretudo para as grandes empresas e as PME das zonas rurais não são suficientemente importantes e estão demasiado isoladas para atrair os investigadores, não existindo qualquer política nacional que lhes seja destinada. A Universidade de Twente dispunha contudo de um modelo de projecto para estimular a inovação nas PME. Houve então dois GAL que se agruparam e conseguiram montar com a universidade um projecto comum, designado “LEANOVA”, no qual os dois GAL e a universidade asseguram em conjunto a interface entre as empresas locais e os investigadores (cientistas e consultores especializados). O projecto prevê, nomeadamente, a selecção das empresas interessadas por um Comité, a realização de uma auditoria de cada empresa seleccionada, o exame de um projecto de inovação e o estabelecimento de contacto com os investigadores.

Também noutros casos a constituição de uma massa crítica suficiente para criar a ligação com os investigadores passa pela criação de uma **rede formal**, como no exemplo da UNI-Mobil (citado acima).

c) Criar instrumentos conceptuais

Outra maneira de dar visibilidade e de criar interesse por recursos abandonados e dispersos num território consiste em se apoiar num conceito que integre estes recursos à volta de uma ideia inovadora e atractiva, tanto para os agentes locais como para os investigadores.

No Maestrazgo (Aragão, Espanha), desde o LEADER I que o grupo de acção local faz da ligação com as universidades e centros de investigação um eixo prioritário da sua estratégia, sabendo que era preciso reconstituir tudo

neste território marginal desertificado (menos de 4 habitantes/km²), mas dispondo apesar disso de recursos naturais e patrimoniais consideráveis. Um meio para interessar os investigadores das universidades mais próximas (Saragoça e Valência) foi criar no território um “Parque Cultural”, constituído por um conjunto de recursos naturais, geológicos, paleontológicos, arqueológicos, históricos, etc. e pedir aos investigadores universitários que participassem num inventário sistemático dos recursos existentes e assegurassem a sua valorização no quadro do Parque. Esta iniciativa não só permitiu uma aproximação dos investigadores, mas também permitiu uma evolução das práticas de investigação para maior comunicação e um aprofundamento das relações com os agentes locais, induzindo ao mesmo tempo a colaboração entre departamentos universitários que até então não trabalhavam ou trabalhavam muito pouco juntos.

Entusiasmado com esta experiência positiva, o grupo LEADER lançou a seguir o conceito de “Parque Fluvial” com base numa bacia de drenagem, mobilizando outros investigadores especializados nos recursos hídricos e energéticos, o que levou ao lançamento de novas actividades. Estas diversas colaborações puderam depois ser sistematizadas no âmbito de um acordo formal entre a Universidade de Saragoça e o GAL.

O recurso a um conceito está associado à ideia de “tema aglutinador”. Geralmente pensa-se no tema aglutinador como meio de agrupar os agentes e criar um interesse colectivo em relação ao território. O exemplo do Maestrazgo mostra que o tema aglutinador também pode ser um meio para atrair os investigadores, criar uma ligação permanente com eles e fazer evoluir as suas práticas para práticas mais próximas das necessidades dos agentes locais.

3.4.2 Reduzir as diferenças em termos de práticas

Em certos casos, o problema da distância (considerada na sua acepção lata) não se coloca, porque os investigadores já estão no terreno ou estão suficientemente motivados para estabelecerem contacto directo com os agentes do desenvolvimento. Contudo, as diferenças de práticas podem constituir um obstáculo ao aparecimento de interesses comuns e por conseguinte prejudicar uma colaboração potencialmente interessante para o território. O problema da relação entre investigadores e agentes do desenvolvimento põe-se por isso de maneira diferente e recorre a soluções e instrumentos que permitam alterar os métodos de intervenção e as práticas diárias.

a) Criar espaços de comunicação e de transferência de conhecimentos

O meio para estabelecer a ligação com os investigadores e para fazer evoluir as suas práticas no sentido de uma aproximação e de uma partilha das preocupações dos agentes do desenvolvimento pode consistir em propor aos investigadores que participem numa actividade diferente da sua própria investigação, mas complementar e enriquecedora.

A comunicação dos resultados da investigação e a transferência de conhecimentos inserem-se perfeitamente neste objectivo. Conduzem os investigadores a posicionar-se já não em relação à produção de conhecimentos científicos com um valor em si mesmo, mas sim em relação à transmissão destes conhecimentos, tanto para os agentes locais como para visitantes do exterior.

Todavia, não nos podemos contentar em propor uma actividade desse tipo aos investigadores. É preciso negociar com eles um quadro de projecto que lhes interesse e desbloquear meios específicos para esse efeito.

O território LEADER do Alto Vale do Loire e do Mézenc (França) dispõe de um património arqueológico excepcional, o que explica que desde 1973 se efectue neste domínio uma investigação no quadro da política nacional de investigação (ver o exemplo dado no Capítulo 1). Ora durante cerca de 25 anos os investigadores e os agentes do desenvolvimento co-habitaram no mesmo território, ignorando-se mutuamente. No entanto, nos anos 90 as políticas nacionais evoluíram e a questão da divulgação dos resultados da investigação à população em geral foi ganhando cada vez mais importância e os investigadores-arqueólogos sentiram a necessidade de divulgar os seus resultados da investigação. Criaram então uma associação com os agentes locais para esse efeito, mas que no fim tinha apenas por objectivo servir a sua própria investigação (contactos, possibilidades de financiamento, etc.). Foi o programa LEADER que fez mudar esta situação: a associação tornou-se membro da parceria LEADER e iniciaram-se discussões com os diversos intervenientes privados e públicos do território para arranjar, em comum, alternativas de desenvolvimento neste território agrícola em crise. Estas reflexões conduziram à criação, no meio rural, de um centro que integra as actividades de investigação, de conservação do património, de transferência dos conhecimentos para as populações locais e para os turistas, bem como manifestações científicas.

b) Intervir nos métodos de investigação

Nalguns casos, são os próprios investigadores que procuram relações directas com os agentes do desenvolvimento, mas propondo métodos que não podem criar mais-valias interessantes para estes últimos. É então preciso fazer incidir a negociação nos próprios métodos de investigação, a fim de conceber e aplicar abordagens que tenham interesse tanto para os investigadores como para os agentes do desenvolvimento.

A questão coloca-se nestes termos nomeadamente quando a investigação incide no desenvolvimento rural, ou mesmo nas práticas do próprio GAL.

Na Escócia (Reino Unido), vários investigadores ligados à Universidade de Aberdeen e especializados no desenvolvimento rural solicitaram contactos com os GAL e já apoiavam diversos GAL da região no quadro do LEADER I. Na altura do lançamento do LEADER II, o grupo LEADER Inverness & Nairn contactou estes investigadores, com o objectivo de obter um apoio da investigação para o desenvolvimento comunitário, em termos de diagnóstico e de acompanhamento-avaliação. O método de investigação foi então discutido pelas duas partes (investigadores e GAL), a fim de poder ter interesse para os dois parceiros. Assim, foi efectuado um inquérito de base, que levou à instalação de agentes locais em cada comunidade. A elaboração e o tratamento do inquérito foram assegurados pelos investigadores da universidade. Foi mantido um contacto constante com estes investigadores para se irem aperfeiçoando as estratégias de desenvolvimento rural. O inquérito propriamente dito foi realizado pelos agentes locais, ajudados por uma equipa de consultores externos, que lhes permitiu assim envolverem-se directamente na acção e na reflexão estratégica que a mesma provocou.

c) Integrar os investigadores numa equipa pluridisciplinar

Temos de reconhecer que hoje em dia é indispensável a especialização dos investigadores, atendendo à situação dos conhecimentos em todos os domínios. A resposta a uma abordagem global dos problemas consiste na agregação de competências diferentes numa abordagem pluridisciplinar, actualmente bastante promovida nas políticas de investigação, tanto nacionais como comunitária (ver a caixa a seguir). É esta mesma abordagem que deverá ser seguida quando a resolução dos problemas de um território rural exigir uma intervenção global da investigação.

A integração dos investigadores numa equipa pluridisciplinar, composta por técnicos de terreno, autoridades locais e agentes interessados na investigação pode revelar-se um instrumento importante para diminuir os “equivocos culturais” e delimitar o objecto da investigação por parte dos investigadores. Estes, por sua vez, podem contribuir para as problemáticas existentes com uma nova luz e ajudar a precisar o objecto da investigação.

O grupo LEADER Vale Imagna (Lombardia, Itália) trabalha na criação de uma “antena europeia da arte românica”. A actividade, organizada em parceria com outros grupos (Canal de Castela e Mancomunidad Cabo Penas, em Espanha, Anglona-Monte Acuto, na Sardenha, e Terres Romanes e Lot-et-Garonne, em França), visa animar os territórios parceiros e reforçar a sua identidade através da promoção do seu património histórico e arquitectural românico.

O projecto inclui a realização de actividades múltiplas, que combinam investigação e transferência, investigação-animação, investigação-criação de novas funções, investigação-desenvolvimento de novas competências, transferência-elaboração de propostas inovadoras, investigação-debate e intercâmbios culturais, etc. Cada actividade de investigação ou de transferência tem portanto um objectivo específico, que se integra na estratégia territorial. O projecto, que combina acções locais, acções transnacionais e a divulgação pedagógica dos resultados, prevê nomeadamente:

- a) a construção de um produto cultural “chave na mão”
– uma exposição itinerante sobre a arte românica nos territórios parceiros, salientando os elementos de “continuidade cultural” que constituem as raízes das diversas identidades locais;*
- b) o encontro dos “divulgadores”, que consiste num seminário anual de intercâmbio sobre a importância das raízes culturais na valorização da identidade local como catalisador de novas dinâmicas económicas;*
- c) a instalação, em certos locais, de serviços de informação e de interpretação que facilitem a visita dos monumentos.*

A conservação dos monumentos, com todas as oportunidades económicas que isso implica, também está na ordem do dia.

Ao longo de todo o processo é feita uma reflexão sobre as formas de criar relações com as entidades de investigação (incluindo tecnológicas) e de transformar os resultados em instrumentos de desenvolvimento. Foi assim constituída uma equipa científica, composta de investigadores, de representantes das autoridades locais e provinciais, de técnicos do grupo LEADER, de hoteleiros-restauradores, etc., que serve permanentemente de ponto de apoio e de referência para as escolhas a realizar.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Excerto do Programa de Investigação da Comissão Europeia “Qualidade de vida e gestão dos recursos vivos”

– Programa de trabalho (Dezembro de 1999)

5.5 Novos instrumentos e modelos para o desenvolvimento integrado e sustentável das zonas rurais e de outros espaços relevantes

A IDT (Investigação e Desenvolvimento Tecnológico) debruçar-se-á sobre as zonas rurais e outros espaços de interesse, que englobam as zonas de montanha e costeiras.

5.5.1. A análise das situações, das evoluções e das tendências do mundo rural reclama, relativamente a cada categoria de zonas rurais, análises multissetoriais; um recenseamento dos pontos fortes e fracos, das oportunidades e das ameaças, bem como a formulação de cenários e a análise das inter-relações entre zonas urbanas e zonas rurais, e uma tipologia dessas zonas, para a identificação das entidades territoriais pertinentes no que se refere às análises de desenvolvimento. As acções realizadas no quadro de projectos de desenvolvimento rural endógenos ou exógenos serão analisadas a fim de daí extrair modelos de prática real e de estudar as possibilidades de transposição para as diferentes regiões da UE. Será abordada a questão da organização e da valorização dos locais em função da importância dos ecossistemas, dos *habitats*, do património cultural e das actividades de lazer, e será mostrado interesse pela situação actual e pelas perspectivas da agricultura multifuncional, bem como pelos novos indicadores e parâmetros que permitem avaliar a importância relativa da agricultura e da silvicultura. Serão concebidos instrumentos e métodos que permitam avaliar a contribuição da aquicultura e da pesca para o desenvolvimento das zonas costeiras e as suas interacções socioeconómicas com outros sectores concorrentes.

5.5.2. A conceptualização do desenvolvimento integrado

das zonas rurais e outras zonas de interesse passa por uma boa compreensão do potencial das novas tecnologias da informação e da comunicação a favor do desenvolvimento das economias rurais; do impacto das infra-estruturas e dos serviços públicos; do papel do ordenamento do meio rural, do património cultural e natural; da criação do espírito empresarial nas zonas rurais; das taxas de criação e de sobrevivência das empresas, em especial das microempresas; da reestruturação da economia global e das suas repercussões nas zonas rurais; da reorganização dos mercados e das suas repercussões na produção e na comercialização dos produtos nas regiões rurais desfavorecidas. Serão formuladas opções e estratégias para uma utilização integrada dos recursos nas diferentes regiões rurais, bem como métodos para suscitar a participação da população e dos agentes locais nos processos de desenvolvimento rural; importa igualmente imaginar estratégias e instrumentos que permitam transferências de experiências, de inovação e de saber.

5.5.3. A avaliação das políticas e da eficácia do desenvolvimento das zonas rurais e litorais

implica um aperfeiçoamento de instrumentos específicos que permita a descrição, previsão, acompanhamento e avaliação de referência dos projectos, medições, programas e políticas, incluindo os que têm por objecto a melhoria das estruturas agrícolas; análises comparativas da eficácia das estruturas e dos procedimentos institucionais a fim de definir os níveis adequados de intervenção e os modelos de parceria; uma alteração das concepções e das atitudes em relação ao desenvolvimento rural; o contributo do capital social, da identidade e da imagem territoriais, da participação e da autoridade da população local, como condições prévias para o sucesso de estratégias de desenvolvimento rural; efeitos de sinergia e métodos aperfeiçoados para medir as externalidades positivas e negativas do desenvolvimento rural; a concepção e utilização prática de instrumentos e de métodos que permitam avaliar a influência regional ou local dos auxílios estruturais a favor dos sectores aquícola e da pesca.

d) Facilitar a transferência dos resultados de investigações no terreno

A diferença cultural entre investigadores e agentes de terreno (os empresários, por exemplo) torna muitas vezes difícil a transferência dos resultados da investigação. O interesse dos investigadores reside nos aspectos fundamentais da investigação (verificação de hipóteses científicas), enquanto as empresas, por exemplo, procuram resultados imediatos. A criação de interfaces entre agentes de terreno e investigadores pode ser um meio de colmatar esta diferença.

Esta interface pode assumir a forma de uma rede dos agentes em causa, que permita trocas intensas de informações em determinados momentos-chave. Pode assumir igualmente a forma de uma mudança institucional, através da criação nas estruturas existentes de um espaço permanente de referência, com uma equipa, pessoal, um novo departamento, etc., encarregados do acompanhamento e do desenvolvimento dos resultados da investigação no terreno.

O grupo LEADER Livradois-Forez (Auvergne, França) inspirou-se nas investigações realizadas pelo historiador Pierre-Roger Gaussin, que efectuou um recenseamento dos locais de antigas abadias “casadéennes”^[8] em França, Itália, Espanha e Suíça para conceber um projecto de valorização destas abadias como testemunho da história que as uniu ao longo de vários séculos. Os municípios de Chaise-Dieu (Livradois-Forez), Frassinoro (zona LEADER Antico Frignano, Emilia-Romana, Itália) e Burgos (Castela-Leão, Espanha) elaboraram um projecto de cooperação no quadro dos programas LEADER e RAPHAEL^[9]. Realizam-se investigações históricas comuns sobre as relações existentes entre os diferentes locais, tendo em vista a criação de uma “Federação dos locais de abadias “casadéennes”. Os investigadores são acompanhados pelos profissionais do desenvolvimento, que participam na elaboração de um documento comum que apresenta a história destas dependências.

No caso de Chaise-Dieu, os responsáveis locais decidiram colocar a dimensão cultural no centro da problemática do desenvolvimento. O município recrutou uma pessoa que foi encarregada de realizar algumas investigações complementares e de assegurar o acompanhamento permanente do projecto.

3.4.3 Encontrar soluções alternativas para o financiamento

Existem múltiplas soluções alternativas para fazer face ao reduzido nível de fundos disponíveis para a investigação ao serviço do desenvolvimento rural^[10]. Eis alguns exemplos que foram aplicados no quadro do LEADER.

- > Uma primeira solução é **reduzir os custos** ao mínimo. Tal é possível recorrendo por exemplo a estudantes. Foi o que se fez sistematicamente na rede UNI-Mobil, referida anteriormente. Neste caso, a análise do trabalho dos estudantes por empresas externas foi o meio utilizado para conciliar o reduzido custo com uma certa garantia de qualidade.
- > Uma segunda solução pode ser **mobilizar fundos de investigação** já previstos no âmbito das políticas nacionais. O caso do Alto Loire constitui um bom exemplo, sendo grande parte da investigação financiada pelo CNRS, no âmbito de um programa aplicado desde há 25 anos por este instituto público.
- > Pode-se igualmente **recorrer aos próprios produtores**, nomeadamente quando se trata de investigação aplicada para as empresas. É o caso do projecto neerlandês LEANOVA, já referido anteriormente, no âmbito do qual as empresas beneficiárias suportam 40% dos custos da investigação que lhes é destinada.
- > Uma solução igualmente muito utilizada consiste em **recorrer ao orçamento das autarquias** (municípios, províncias, regiões, etc.). Esta solução é possível a longo prazo, quando o interesse da investigação para o desenvolvimento local está claramente demonstrado e foi reconhecido pelas autoridades públicas.
- > Por último, em certos casos pode ser também possível **mobilizar alguns fundos específicos**. No Maestrazgo (Aragão, Espanha), por exemplo, os elementos mais onerosos da investigação realizada foram suportados por um fundo nacional criado especialmente para a reconversão das zonas mineiras.

Tendo em conta as dificuldades de financiamento da investigação, importa muitas vezes combinar vários financiamentos, conciliando os co-financiamentos e os efeitos de alavanca entre financiamentos possíveis.

[8] Associadas à abadia de Chaise-Dieu, que beneficiava na idade Média de alguns poderes e privilégios pontifícios.

[9] Programa europeu de apoio à valorização do património cultural.

[10] Sobre as alternativas de financiamento, ver o caderno “O financiamento local nos territórios rurais”, Observatório Europeu LEADER, 2000.

Conseguir formas alternativas de financiamento também permite oferecer aos investigadores recursos complementares para adaptarem o seu trabalho às necessidades locais. Com efeito, os investigadores procuram frequentemente fundos para acabar ou para melhorar a qualidade dos resultados do seu trabalho. Uma oferta de meios financeiros que possam completar os meios de que já dispõem pode permitir negociar uma adaptação dos resultados às realidades locais.

3.5 Elementos para uma estratégia global de ligação com a investigação

O exame de algumas soluções e instrumentos possíveis para assegurar uma ligação entre a oferta e a procura de investigação para as zonas rurais revela uma grande variedade de vias possíveis. Resta saber como é que essas vias se podem articular em torno de uma estratégia global. Eis algumas pistas que podem ajudar os grupos locais na sua reflexão sobre este assunto.

a) Articular diversas soluções e instrumentos

Cada situação específica exige a concepção e a aplicação de uma determinada solução que se apoia num ou mais instrumentos. Se a questão se colocar em termos de distância, de visibilidade ou de custos, tentar-se-á criar uma massa crítica suficiente e encontrar os instrumentos adequados para esse efeito. Mas isso não quer dizer que o problema não se coloque igualmente em termos de diferenças entre as práticas e nesse caso será necessário pensar já em soluções que possam fazer evoluir as práticas dos investigadores. A este respeito, as soluções financeiras devem ser consideradas sobretudo como alavancas para obter as mudanças pretendidas.

b) Determinar e mobilizar os recursos humanos adequados

Quaisquer que sejam as soluções escolhidas, o seu sucesso depende em grande parte dos recursos humanos em que se apoiam. As pessoas que conhecem tanto o mundo da investigação como o do desenvolvimento rural são em geral recursos essenciais e dão garantias de sucesso para criar ligações entre esses dois mundos.

No exemplo do grupo LEADER Inverness & Naim (Escócia, Reino Unido), referido anteriormente, o facto de o coordenador recrutado para o projecto ser um antigo investigador na área do desenvolvimento comunitário consolidou a parceria com a universidade. Encontram-se frequente-

mente casos semelhantes nas experiências bem sucedidas de ligação entre investigação e desenvolvimento.

Para sair do seu isolamento ou para compreender melhor as necessidades de um território em termos de conhecimentos, os próprios investigadores têm necessidade de interlocutores colocados no terreno, que possuam ideias e sejam portadores de questões e ao mesmo tempo falem a mesma linguagem que eles ou, pelo menos, sejam capazes de os compreender e de fazer de interface com os agentes locais.

As relações pessoais que um investigador pode ter com um território são também um elemento facilitador. Muitas vezes são os investigadores originários do território em causa que estão na origem das primeiras iniciativas ou que se mostram mais abertos para iniciar uma colaboração. Por conseguinte, o grupo de acção local tem todo o interesse em identificar estes investigadores logo à partida, como fizeram os grupos LEADER do Maestrazgo ou de Burgenland.

c) Ter em conta os efeitos de arrastamento e definir objectivos nesse sentido

Qualquer que seja a solução escolhida, provoca sempre um certo efeito de arrastamento. Por exemplo, o início de uma colaboração entre investigadores e agentes do desenvolvimento tem muitas vezes por efeito fazer evoluir as motivações, os interesses e as práticas tanto do lado dos investigadores como dos agentes locais e, por conseguinte, de suprimir obstáculos que podiam às vezes parecer insuperáveis à partida. Criam-se igualmente relações pessoais que facilitam a continuidade das colaborações criadas. Tudo se passa, portanto, como se as ligações entre o mundo da investigação e o do desenvolvimento se reforçassem através da sua própria prática. Assim, os próprios técnicos de terreno, com a ajuda das populações, podem integrar algumas acções de investigação nas suas actividades, em apoio de recursos provenientes do exterior.

Ter consciência destes efeitos de arrastamento e tomá-los em consideração nas avaliações permite definir melhor uma estratégia de longo prazo, encontrar soluções complementares para reforçar estes efeitos e sistematizá-los e estabelecer objectivos mais ambiciosos.

Assim, no Maestrazgo (Aragão, Espanha), o grupo LEADER estabeleceu como objectivo complementar, na sua colaboração com a universidade, atrair “cérebros” para o seu território. Todas as acções são então avaliadas sistematicamente neste sentido, extraíndo os ensi-

namentos dos insucessos e dos sucessos sobre este ponto específico. Este objectivo, fundamental para o GAL, insere-se numa estratégia de revitalização do território que visa o seu repovoamento por pessoas inovadoras e que criem novas actividades. Em muitos projectos de ligação com as universidades e centros de investigação encontra-se de facto um efeito de fixação de antigos estudantes estagiários ou de investigadores, quer por serem originários da região e lá voltarem, quer por terem gostado de lá estar e decidirem instalar-se na região.

d) Apoiar-se na parceria local

A parceria local pode ser um elemento essencial de reforço das relações entre investigadores e agentes do desenvolvimento num território rural. Com efeito, é um espaço particularmente interessante de confronto de reflexões, de ideias e de modos de pensamento para definir objectivos e uma estratégia comum num território.

A participação de investigadores ou de instituições de investigação próximas do território na parceria local pode portanto criar motivações e facilitar o diálogo. Os investigadores solicitam frequentemente este tipo de relações e em geral dão um contributo positivo para a qualidade das reflexões estratégicas do grupo de acção local.

Na zona LEADER Vinschgau/Vale Venosta (Trentino-Alto-Ádige, Itália), a parceria local conta com a participação de um professor-investigador da Universidade de Innsbruck. Este professor desempenha um papel de apoio nas reflexões estratégicas do grupo e constitui um elemento crítico de avaliação externa que permite ao GAL evoluir positivamente nas suas estratégias territoriais.

A participação de investigadores ou de universitários na parceria local pode conduzir, por outro lado, a projectos de colaboração concretos, como se vê no exemplo do grupo LEADER do Alto Vale do Loire e do Mézenc (França), já referido acima. A parceria local, sendo uma das especificidades do LEADER, é assim frequentemente a via pela qual a Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural introduz um valor acrescentado e abre perspectivas de participação dos investigadores no desenvolvimento local, o que era inconcebível anteriormente.

e) Funcionar em rede

O funcionamento em rede entre territórios rurais é outra especificidade que permite ao LEADER dar um contributo decisivo para a criação de relações entre o mundo da investigação e o do desenvolvimento. Inúmeros exemplos neste capítulo ilustram esta afirmação, nomeadamente quando se trata de obter uma massa crítica suficiente para poder estabelecer uma ligação com as universidades e a investigação.

O funcionamento em rede permite igualmente imitar as boas práticas. Nem sempre é indispensável criar um projecto de investigação específico para um território: podem transferir-se “boas práticas” com redução de custos e aumento das possibilidades de sucesso. Por exemplo, nos Países Baixos, o projecto LEANOVA de inovação nas pequenas empresas foi concebido e aplicado em duas zonas LEADER a partir da experiência realizada pela Universidade de Drenthe neste território no âmbito de um projecto designado “INNOVA”.

Capítulo 4

Papel possível, papel real e valor acrescentado do LEADER nos processos de aprendizagem

Papel possível, papel real e valor acrescentado do LEADER nos processos de aprendizagem

Ao intervir a nível local, próximo dos agentes e das suas actividades, e visando sobretudo a criação de relações entre eles, o LEADER é um instrumento-chave para a constituição e renovação de uma sociedade local em aprendizagem. A experiência do LEADER I e do LEADER II confirma isso plenamente. Contudo, existem limitações na capacidade local para considerar todos os elementos que intervêm nos processos de aprendizagem e para valorizar todas as vantagens existentes. O alargamento da parceria local e a conexão em rede constituem meios essenciais para ultrapassar as limitações encontradas.

4.1 O LEADER e a investigação

O capítulo anterior permitiu determinar os principais obstáculos e soluções/instrumentos possíveis para assegurar uma ligação entre as necessidades de conhecimentos para o desenvolvimento rural e a oferta de investigação. Foi salientado o papel do LEADER neste âmbito, partindo de exemplos concretos. As conclusões principais que se podem tirar são as seguintes:

- > o LEADER intervém sobretudo na criação de relações: relações dos investigadores com os territórios rurais, que os levam a interessar-se pelos territórios rurais, a redescobrir/valorizar antigos laços, ou mesmo a lá se instalarem; relações entre os investigadores e os agentes locais (empresários, agricultores, etc.); relações entre os agentes locais e os recursos do seu território (novo conhecimento destes recursos); relações entre fontes de financiamento, etc.
- > A intervenção do LEADER abrange igualmente outros domínios, nomeadamente a evolução dos métodos e das práticas.
- > Ao privilegiar as relações, o LEADER toca provavelmente na questão essencial do problema da ligação entre as necessidades e a oferta de investigação e, por conseguinte, tem um efeito de alavanca considerável. Assim, os grupos LEADER que fizeram da ligação com os centros de investigação e as univer-

sidades um eixo estratégico estão hoje a colher os frutos do seu esforço, tendo criado as condições para uma participação activa e enriquecedora destas instituições nos processos de aprendizagem a nível local, processos que com o tempo se mantêm a si próprios. Os efeitos em termos de valorização dos recursos locais e de melhoria da qualidade das intervenções são consideráveis.

- > No entanto, os exemplos apresentados no presente caderno não são representativos da intervenção do conjunto dos grupos LEADER neste domínio de intervenção específico. Com efeito, sem que se possa fazer um balanço preciso a nível europeu, parece bastante claro que só uma minoria de grupos LEADER é que procurou e conseguiu estabelecer uma boa relação com os organismos de investigação e as universidades.
- > A diferença entre a pertinência deste domínio de intervenção do LEADER e a prática real dos grupos LEADER em termos quantitativos (número de grupos abrangidos) deve ser comparada com os obstáculos que existem entre o mundo da investigação e o do desenvolvimento rural (o afastamento das universidades e dos centros de investigação do meio rural, nomeadamente), bem como as diferenças de abordagens, de práticas, de linguagens e de métodos de intervenção.
- > Algumas especificidades do LEADER, nomeadamente a parceria local e a conexão em rede, constituem vantagens para ultrapassar esta dificuldade. Assim, os exemplos apresentados mostram como é que a parceria local é um espaço ideal de confronto dos interesses e das práticas dos investigadores e dos agentes locais. Quanto à conexão em rede, permite ultrapassar os problemas de distância e obter as massas críticas necessárias.

4.2 Abordagem proposta para a análise do papel do LEADER nas outras fases dos ciclos de aprendizagem

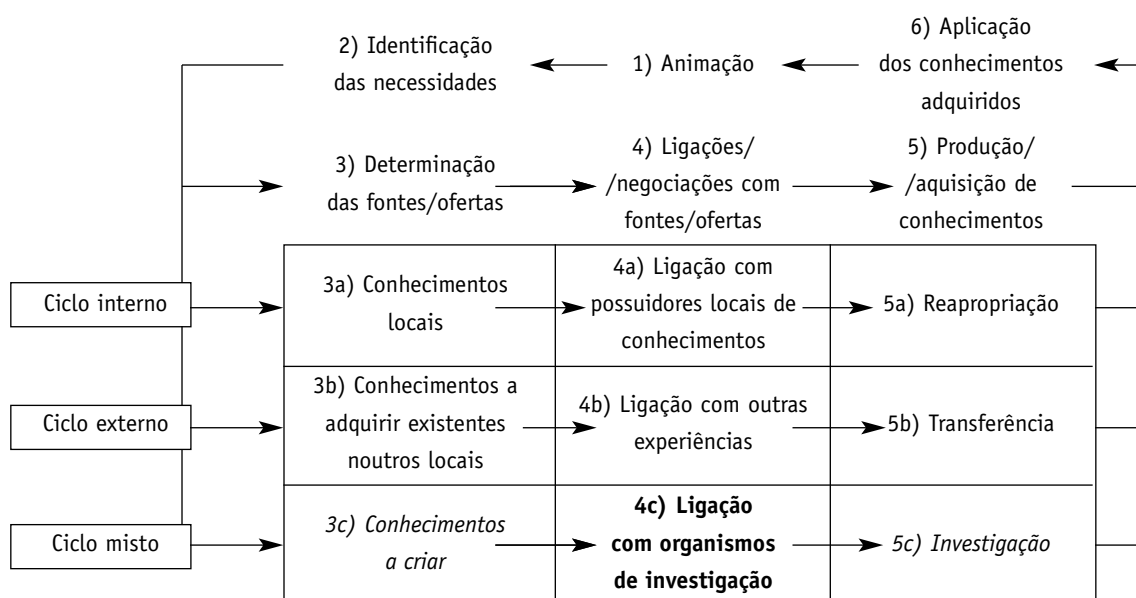
Procedendo a um cálculo das fases que correspondem a cada um dos 3 tipos de ciclos identificados, chega-se a um total de 12 fases possíveis, que se completam mutuamente nos processos de aprendizagem integrada.

Cada uma destas fases constitui um domínio especial referente a uma problemática específica e a partir do qual é possível identificar os pontos fortes, os pontos fracos e os obstáculos a ultrapassar específicos de cada território. Portanto, cada um destas fases constitui um domínio de intervenção possível e particular do LEADER que desempenha um papel específico no conjunto dos processos de aprendizagem.

É impossível, no âmbito do presente caderno, fazer uma análise aprofundada de cada um destas fases/domínios de intervenção. Assim, neste capítulo limitar-nos-emos a abordar a intervenção do LEADER respondendo globalmente às seguintes questões:

- 1) Quais são as necessidades de intervenções específicas de cada fase, de forma que esta se possa desenvolver o melhor possível, permitir a plena expressão dos ciclos de aprendizagem e facilitar a consolidação de uma sociedade em aprendizagem?
- 2) Qual é o papel do LEADER e que papel pode desempenhar no que se refere a estas necessidades de intervenção?
- 3) Qual foi a intervenção efectiva do LEADER em cada fase? Quais foram as lacunas ou “deficiências” do LEADER e porquê?
- 4) Quais são os desafios para o futuro e como abordá-los?

O PAPEL DO LEADER NAS DIFERENTES FASES DO CICLO DE APRENDIZAGEM



Legenda:

- > **Caracteres a negro:** papel do LEADER abordado no capítulo anterior
- > *Caracteres em itálico:* papel do LEADER abordado parcialmente no capítulo anterior
- > Caracteres normais: papel do LEADER a abordar no presente capítulo

4.2.1 A animação

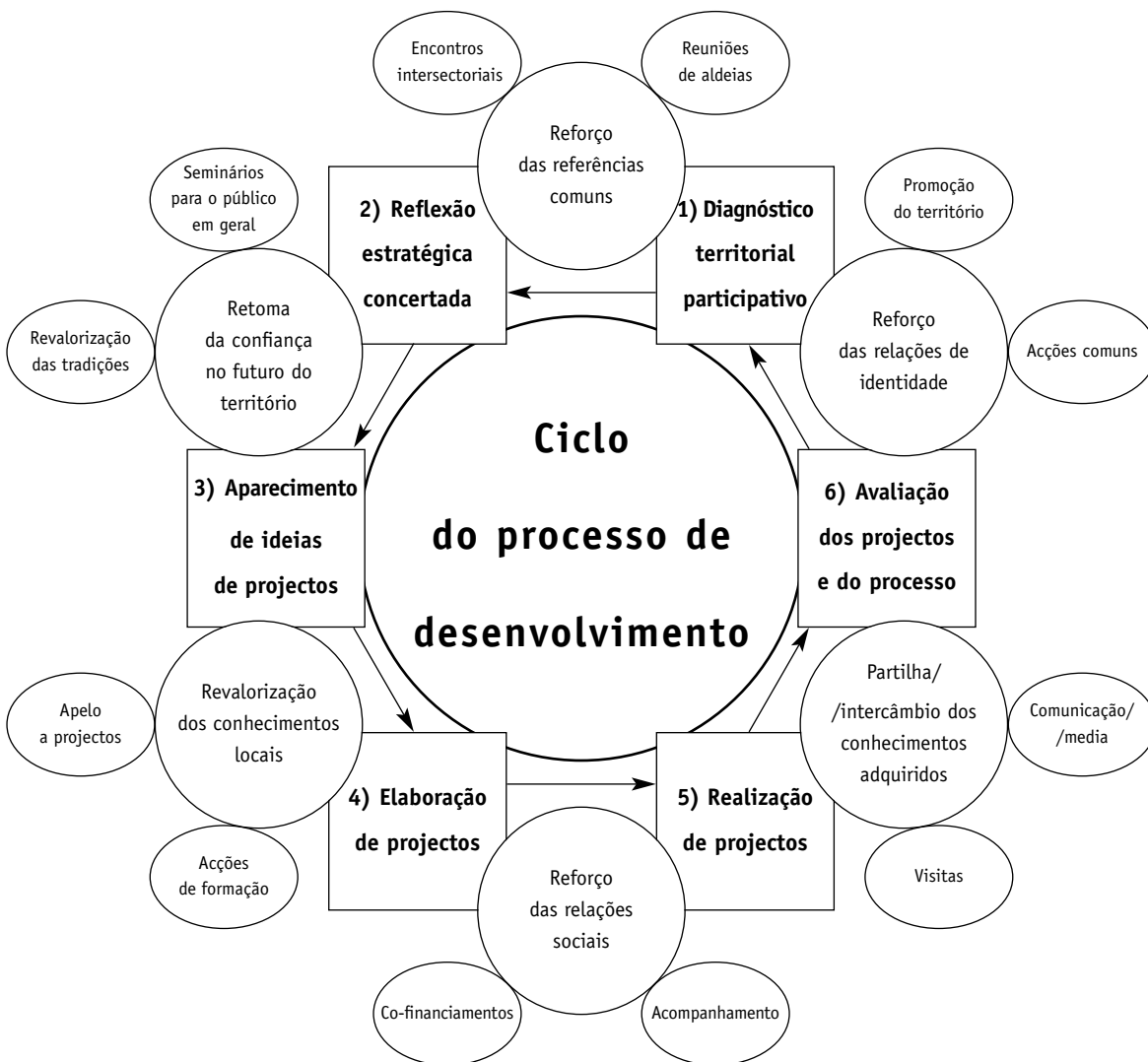
a) Necessidades de intervenções específicas

A animação é o ponto de partida dos ciclos de aprendizagem. É tudo o que facilita os processos de reflexão e de acção a montante da identificação das necessidades de conhecimentos. Diz respeito à análise da situação local, à reflexão estratégica, à concepção e à execução do projecto e sua avaliação.

Podemos assim considerar um primeiro ciclo do processo de desenvolvimento em relação ao qual são necessários vários tipos de intervenção a fim de maximizar os seus efeitos em termos de desenvolvimento local. Apresenta-se a seguir um esquema que sintetiza as diferentes fases de tal ciclo, que podem ser as tarefas/objectivos em termos de animação entre cada fase, e alguns exemplos de instrumentos de animação para cada uma delas.

A ANIMAÇÃO DO CICLO DE APRENDIZAGEM:

INTERVENÇÕES POSSÍVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM TERRITÓRIO RURAL



Legenda:

- > **quadrados:** principais fases de um processo de desenvolvimento
- > **círculos:** exemplos de tarefas/objectivos da animação entre cada fase
- > **ovais:** exemplos de instrumentos de animação possíveis para atingir estes objectivos

b) Papel possível do LEADER

Graças à sua proximidade dos promotores de projectos, o LEADER pode desempenhar um papel essencial nas diversas fases do ciclo de animação dos projectos. A abordagem territorial, ascendente, integrada, a parceria local e o modo de financiamento local são elementos indispensáveis para a plena realização das tarefas de animação dos processos de desenvolvimento local. Neste sentido, o LEADER é um instrumento muito adaptado a estas tarefas. Eis alguns exemplos de intervenção possível a este nível.

PAPEL POSSÍVEL DO LEADER NA FASE DE ANIMAÇÃO DO CICLO DE APRENDIZAGEM^[11]

- > Recolher ideias no território
- > Criar uma visão de conjunto do território
- > Pôr em contacto agentes que não colaboraram no passado ou que deixaram de colaborar
- > Fomentar novas actividades
- > Aplicar mecanismos que permitam reconhecer e redescobrir a identidade local
- > Orientar as energias para abordagens colectivas
- > Multiplicar as sinergias internas entre os projectos
- > Recriar – renovar a coesão e a solidariedade através de uma sensibilização progressiva para projectos colectivos

c) Intervenção efectiva do LEADER

Tendo em conta a sua principal vocação de animação a nível local, foi neste domínio que a intervenção do LEADER mais se salientou.

Esta intervenção foi particularmente importante para iniciar ou para reactivar um ciclo de desenvolvimento em territórios em declínio, em fase de abandono, atingidos pelo desânimo dos agentes locais perante a crise da agricultura e das actividades tradicionais, pela partida dos jovens, etc. Nestes territórios, que se tornaram “fracos” do ponto de vista das relações sociais de aprendizagem, o esforço essencial consistiu em reconstituir o ciclo de desenvolvimento. A (re)aprendizagem da partilha dos conhecimentos adquiridos e da reflexão colectiva foram outros contributos importantes do LEADER, nomeadamente nas zonas onde os intervenientes já não comunicavam entre si ou estavam mesmo em conflito.

d) Desafios para o futuro

Apesar da notável mais-valia que o LEADER representou em termos de animação dos processos de desenvolvimento, apareceram algumas limitações neste domínio de intervenção, nomeadamente:

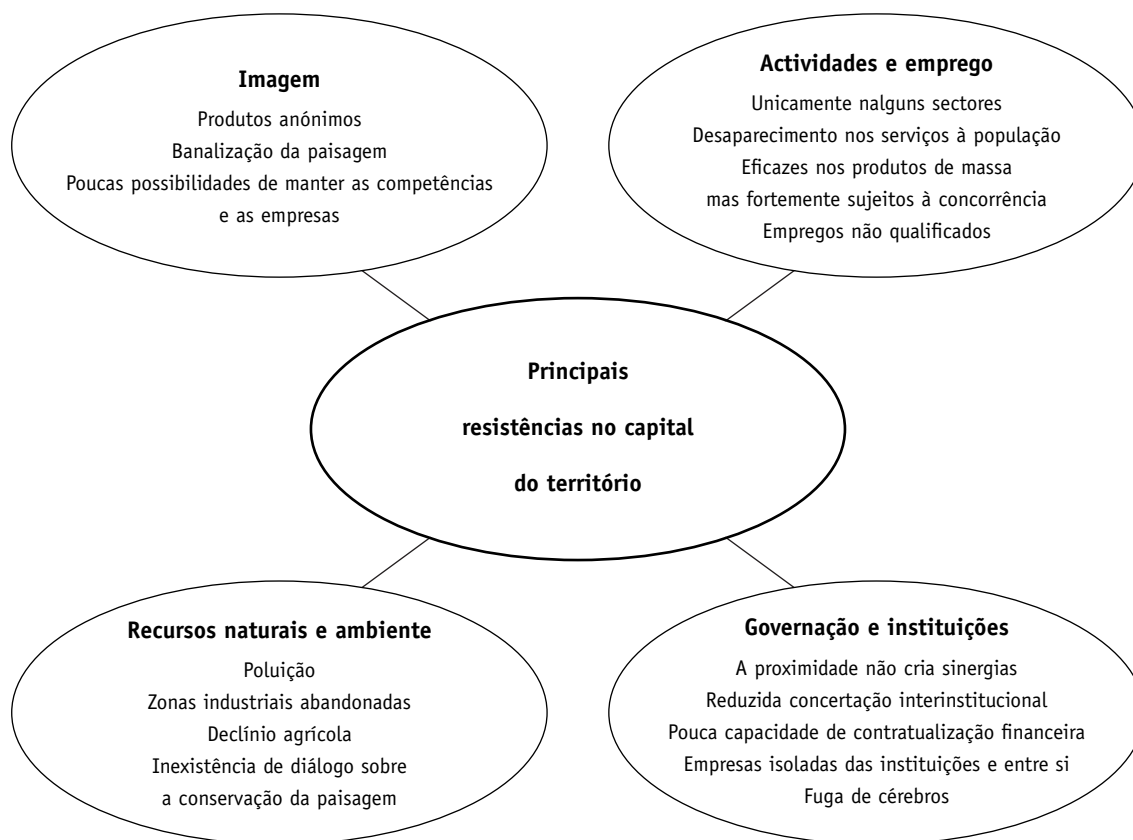
- > limitação do número de promotores de projectos interessados, associada às limitações de financiamentos disponíveis;
- > limitações na compreensão das dificuldades do território;
- > de um modo mais geral, limitações na criação de processos sociais destinados a facilitar a aceitação de novos conceitos e de novas acções, para além da intervenção do LEADER.

Uma maneira de sistematizar a animação poderia consistir em analisar não só o capital do território^[12] e o seu capital de conhecimentos, mas também aquilo a que se poderiam chamar as “deficiências” ou as “perdas” do território. Qualquer território rural possui igualmente deficiências, resistências ou perdas que impedem a capacidade de construir o futuro. Estes pontos fracos têm por vezes grande poder de condicionar os ciclos de aprendizagem e de experimentação, uma vez que funcionam a favor da perda de confiança no futuro do território. Condicionam igualmente a investigação de conhecimentos no exterior, bem como as capacidades internas de adaptação e de integração. Portanto, ainda está por **consolidar a animação como instrumento de criação de processos sociais que têm por objectivo facilitar a identificação das deficiências em termos de recursos e de conhecimentos locais.**

[11] Os diferentes papéis apresentados neste quadro e nos seguintes foram identificados pelos grupos LEADER que participaram no seminário “Transferir a inovação”, Pieve di Cadore (Veneza, Itália).

[12] Ver a definição de “capital” do território e a utilização deste conceito nos cinco fascículos consagrados à competitividade dos territórios rurais: “Construir uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER”, Observatório Europeu LEADER, 2000.

EXEMPLOS DE “DEFICIÊNCIAS OU PERDAS” DE UM TERRITÓRIO RURAL EM RELAÇÃO A ALGUMAS DESTAS COMPONENTES



4.3 A identificação das necessidades de aquisição de conhecimentos

a) Intervenções específicas

As necessidades de aquisição de conhecimentos surgem nas diferentes fases do ciclo de desenvolvimento de um território rural:

- > nas reflexões estratégicas,
- > no aparecimento de ideias de projectos,
- > na passagem das ideias aos projectos,
- > na execução dos projectos,
- > aquando da avaliação.

No entanto, muitas vezes as necessidades de conhecimentos não aparecem e por diversas razões:

- > os agentes locais não têm consciência das limitações dos seus conhecimentos e da necessidade de adquirir outros conhecimentos;
- > alegam que os conhecimentos de que teriam necessidade estão de qualquer modo acessíveis;
- > perderam confiança.

É o que se passa em especial nas situações de falta de contacto com o exterior e de isolamento dos agentes, nomeadamente em territórios marginais ou fracos em

termos de relações sociais. Nestes territórios verifica-se assim uma tendência para centrar a acção no início do processo de desenvolvimento, dando menos importância à identificação das necessidades de conhecimentos.

Ora é precisamente nestes territórios que as necessidades de conhecimentos são mais importantes. Com efeito, os territórios rurais, em plena mutação, estão confrontados com a questão da “validade” do património de conhecimentos contextuais face aos desafios do futuro. Frequentemente, estes conhecimentos tornaram-se (ou estão em vias de se tornar) obsoletos, devido à velocidade de mudanças não controladas (conhecimentos agrícolas em zonas onde a agricultura já não tem um papel económico essencial, por exemplo). Neste contexto, a necessidade de construir novas vantagens competitivas obriga a criar desde o início um novo “nicho” ou património de conhecimentos.

Em contrapartida, em territórios onde o balanço dos conhecimentos contextuais é positivo, coloca-se a questão dos conhecimentos a criar ou a apropriar para afirmar o valor do património adquirido. Esta acção insere-se no tempo e reveste-se de um carácter fortemente social, uma vez que se trata de introduzir alte-

rações em práticas consolidadas e enraizadas nas culturas locais. Assim, a identificação das necessidades em termos de investigação e de transferência implica um contributo de conhecimentos cuja necessidade deve ser reconhecida pelos próprios agentes. Estas necessidades precisam em primeiro lugar de serem formalizadas e tornarem-se compreensíveis para os próprios agentes, para que possam delegar a investigação de soluções. Além disso, podem surgir tensões devido à diferença entre o ritmo da evolução externa e o ritmo de mudança dos conhecimentos internos.

Em todos estes casos, o processo de integração de novos conhecimentos exige uma base de confiança, induzida por um sucesso económico ou social. Para os agentes implica, por conseguinte, o alargamento da sua capacidade para enfrentar os seus próprios problemas, para construir comunidades duradouras.

Quando os conhecimentos internos estão em declínio (devido a mudanças das condições do mercado, ao desaparecimento das pessoas que possuíam tais conhecimentos, etc.), a construção de um novo património de conhecimentos exige uma investigação fundamental sobre o património local, a fim de criar novas referências para o desenvolvimento.

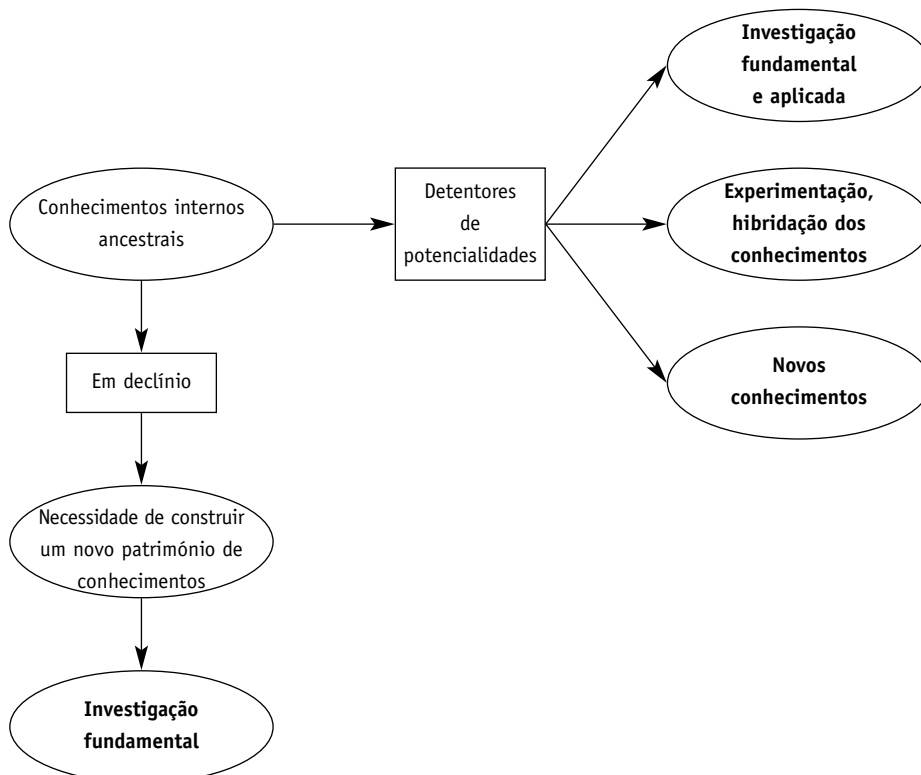
b) Papel possível do LEADER

Ao intervir a nível local, o LEADER também desempenha um papel essencial na identificação das necessidades de conhecimentos. Eis alguns exemplos deste papel possível do LEADER.

PAPEL POSSÍVEL DO LEADER NA FASE DE IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE CONHECIMENTOS

- > Organizar visitas e intercâmbios
- > Provocar a identificação dos pontos fracos e de possíveis soluções
- > Identificar oportunidades ainda não exploradas
- > Criar ligações entre as iniciativas locais
- > Alargar a reflexão com os agentes de territórios com problemas ou necessidades “semelhantes”
- > Identificar o aumento de valor acrescentado que pode ser induzido pelas iniciativas já existentes

AS NECESSIDADES DE CONHECIMENTOS EM FUNÇÃO DA SITUAÇÃO DOS CONHECIMENTOS INTERNOS ANCESTRAIS



c) Intervenção efectiva do LEADER

Pelas razões anteriormente invocadas, os grupos LEADER concentraram as suas energias muito menos no aparecimento das necessidades de conhecimentos do que na animação do ciclo de projecto propriamente dito. Tal facto deve-se em grande parte:

- > à insuficiência de contactos com o exterior que permitam evidenciar as limitações das acções internas;
- > às dificuldades de evidenciar as necessidades de conhecimentos para uma viabilização dos projectos.

d) Desafios para o futuro

Uma análise mais sistemática das necessidades de conhecimentos de um território rural implica muitas vezes uma confrontação dos agentes locais com experiências externas. A multiplicação e a diversificação das trocas de informações e de experiências é um elemento-chave a ter em conta no futuro.

Muitas vezes também é necessário um trabalho interno para **vencer a resistência à mudança**. Uma maneira de conseguir isso é inserir essa actuação na exigência de renovação dos territórios, criando as condições para os agentes locais assumirem o risco. É mais fácil dominar estes processos colectivamente do que individualmente.

4.4 A identificação/determinação das fontes

a) Necessidades de intervenções específicas

Uma vez identificadas as necessidades de conhecimentos, coloca-se o problema da determinação das fontes. No entanto, nem sempre as duas fases se sucedem por esta ordem e por isso muitas vezes é a identificação das fontes que faz emergir as necessidades e implica por conseguinte que se volte à animação para o lançamento de projecto.

Uma vez conhecidas as necessidades de aquisição de conhecimentos para uma acção concreta, interessa proceder a um inventário dos conhecimentos:

- > que já existem no território e que se podem recuperar/revalorizar;
- > que existem noutros locais e que podem ser transferidos;
- > que não estão disponíveis e por isso devem resultar de um trabalho de investigação.

O projecto do Museu do Tecido, no Luxemburgo, inovou sobretudo “à margem”, a partir de experiências já consolidadas. Neste caso, as fontes de conhecimentos eram em grande parte locais, tendo sido depois completadas por fontes externas para a transferência e por alguma investigação específica, como mostra o quadro a seguir.

INTRODUÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS NUMA ACÇÃO DE CRIAÇÃO DE UM MUSEU PARA A VALORIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS TÊXTEIS ANTIGAS: O CASO DO MUSEU DO TECIDO (LUXEMBURGO)

Domínio em relação ao capital do território	Resultados mínimos esperados com os conhecimentos internos disponíveis	Resultados em perspectiva: acções que exigem novos conhecimentos	Novos conhecimentos e instrumentos a criar através da animação e da investigação-transferência	Efeitos induzidos e novos pontos de partida
Ambiente	Criação de um espaço protegido Renovação do património construído	Desenvolvimento turístico na base da conservação do espaço natural Valorização de uma tecnologia antiga	<i>Conceito a exigir novas práticas: animação</i> <i>Conteúdo da acção e das oportunidades potenciais: investigação</i>	Aumento do turismo “verde” e cultural
Actividades e empregos	Criação de uma “Casa do Parque”, ponto de apoio e de informação de actividades turísticas Criação de empregos locais			Introdução da venda directa de produtos locais Introdução da produção eco-compatível (plantas medicinais)
Coesão social		Integração de desempregados de longa duração Concertação entre municípios	<i>Transferência de conhecimentos: formação</i> <i>Conteúdo dos acordos: animação</i>	Criação de uma parceria de gestão

Por conseguinte, as necessidades de intervenção para a identificação das fontes assentam sobretudo num trabalho de determinação sistemático e de gestão da informação a este respeito.

b) Papel possível e intervenção efectiva do LEADER

<p>PAPEL POSSÍVEL DO LEADER NA FASE DE DETERMINAÇÃO DAS FONTES/OFERTAS DE CONHECIMENTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> > Comparar com territórios semelhantes > Alargar os horizontes através da informação e da análise dos mercados > Alargar as fronteiras dos conhecimentos e dos contactos
--

O LEADER, intervindo na proximidade, contribuiu fortemente para a identificação das fontes de conhecimentos a nível local, permitindo identificar, por exemplo, pessoas-recursos que possuíam conhecimentos locais prestes a desaparecer. Na verdade, o LEADER efectuou um trabalho considerável na recuperação destes conhecimentos (ciclo “interno”).

O trabalho em rede permitiu igualmente aos grupos LEADER conhecerem outros territórios e outras experiências de desenvolvimento rural e portanto identificar fontes de conhecimentos externas em termos de transferência (ciclo “externo”).

Em contrapartida, como já salientámos anteriormente, as fontes de conhecimentos que de um modo geral os grupos LEADER tiveram mais dificuldades para identificar foram as universidades e centros de investigação disponíveis para realizarem trabalhos que dessem resposta às necessidades locais.

c) Desafios para o futuro

Só se conseguirá dar um salto qualitativo apreciável no futuro relativamente à capacidade de determinação das fontes ligadas às universidades e centros de investigação através de um maior envolvimento destas fontes nos processos locais. Uma maneira de o conseguir consiste em associar os investigadores aos processos de desenvolvimento territorial ou incentivar a constituição de redes de investigadores que trabalhem em problemáticas essenciais do desenvolvimento rural. Um certo “carácter universal” da investigação pode ajudar a superar as clivagens territoriais, as fronteiras invisíveis das diferenças culturais. Os investigadores também podem com maior facilidade tornar os conhecimentos transferíveis e apoiar a transmissão de conceitos e de práticas. Constituem igualmente uma fonte apreciável de alargamento de contactos.

Neste sentido, a cooperação interterritorial e transnacional deverá no futuro poder *apoiar-se em redes de investigadores para construir relações a mais longo prazo entre territórios, universidades e centros de investigação, a fim de determinar as fontes mais adequadas para o desenvolvimento dos conhecimentos.*

4.5 A ligação/negociação com as fontes de conhecimentos

a) Necessidades de intervenções específicas

Vimos no capítulo anterior os diversos obstáculos à ligação entre os agentes do desenvolvimento, as universidades e os centros de investigação, bem como as possibilidades de superar as dificuldades existentes. Da mesma maneira, põe-se o problema da ligação/negociação com as instituições públicas, cujos conhecimentos produzidos se encontram também fragmentados por especializações. Além disso, em termos de negociação com as estruturas privadas (investigação a nível industrial), a negociação exige um trabalho prévio de “massa crítica” e de apoio institucional, como revela o exemplo do grupo LEADER Anglona-Monte Acuto (Sardenha), referido anteriormente.

No entanto, o obstáculo principal é por vezes a visão a curto prazo da necessidade a satisfazer. Com efeito, esta impede uma melhor exploração das relações existentes ou potenciais entre os agentes do território e as fontes de competências. A busca de soluções imediatas não permite “condicionar” a procura. Quantos estudos caros é que foram metidos na gaveta porque se revelaram pouco relevantes para levar a efeito acções adaptadas a um contexto específico, aos meios disponíveis e em prazos aceitáveis?

b) Papel possível e intervenção efectiva do LEADER

PAPEL POSSÍVEL DO LEADER NA FASE DE LIGAÇÃO/NEGOCIAÇÃO COM AS FONTES/OFERTAS DE CONHECIMENTOS

- > Reconhecer os pontos de apoio para os mobilizar
- > Atrair “matéria cinzenta” para o território
- > Intensificar as relações com as instituições para facilitar as colaborações
- > Criar massa crítica em torno de uma ideia ou de alguém que possui uma ideia
- > Maximizar o efeito rede

Também aqui os grupos LEADER trabalharam muito mais na ligação com as fontes locais do que com as fontes externas ao território. E neste caso a ligação estabeleceu-se sobretudo com outros territórios LEADER, nomeadamente no âmbito da cooperação transnacional. Quanto às ligações com a investigação, os grupos LEADER encontram-se em estádios diferentes no que se refere à capacidade de compreender a utilidade de encetar negociações e de criar tais ligações. Alguns têm mesmo atitudes negativas em relação a conceitos como a inovação, a experimentação ou a construção de competências. Por vezes foram encontradas soluções mais “imediatas” através da formalização de contratos com consultores já conhecidos, mas sem uma prospecção mais alargada de possibilidades alternativas, mais pertinentes ou menos dispendiosas.

c) Desafios para o futuro

Perante as dificuldades em comunicar com os investigadores e outras fontes de conhecimentos, como aprender, como construir a “linguagem” que permite formular propostas ou identificar as necessidades em termos de construção de competências? Esta acção aconselha uma certa modéstia por parte dos grupos LEADER para poderem colocar questões relativas à sua maneira de intervir: onde é que estamos em termos de aplicação de um modelo de desenvolvimento rural? Qual é o nosso contributo para os conceitos, para a construção de competências? Por outro lado, os grupos LEADER não devem necessariamente contentar-se com o papel de estruturas de ligação, tanto mais que por vezes existem nos territórios outras estruturas que desempenham esse papel. Os técnicos do LEADER têm todo o interesse em intervir no processo de investigação para compreenderem a “linguagem” dos investigadores e de outras fontes de competências. Por conseguinte, a ligação/negociação com as fontes implica uma certa *“profissionalização” do papel dos grupos LEADER.*

4.6 A produção/aquisição de conhecimentos

a) Necessidades de intervenções específicas

Adquirir os conhecimentos implica integrá-los em processos de aprendizagem a nível local. Vimos nos capítulos anteriores que o intercâmbio de experiências entre grupos LEADER pode levar à identificação dos elementos que constituem o “núcleo” dos processos de aprendizagem colectiva nos territórios rurais. Através dos mesmos mecanismos, os resultados da investigação podem ser colocados à disposição de outros territórios, evitando duplicações e trabalhando sobretudo na complementaridade.

Por outro lado, apesar dos esforços realizados, ainda se mantém a falta de adaptação das estruturas de investigação e de transferência; o mesmo acontece com os conhecimentos fornecidos em termos da sua aplicação no terreno. Os territórios têm necessidade de centros de experimentação, próximos dos pequenos produtores, capazes de apoiar a valorização e renovação do saber-fazer local.

b) Papel possível e intervenção efectiva do LEADER

PAPÉL POSSÍVEL DO LEADER NA FASE DE PRODUÇÃO/AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS

- > Assegurar a extensão dos conhecimentos através da participação do maior número possível de interessados
- > Explorar as investigações já realizadas
- > Solicitar transferências de experiências e não transferências de “fórmulas feitas”
- > Proporcionar aos investigadores de diferentes domínios a possibilidade de trabalharem no território, assegurando ao mesmo tempo a coordenação dos diversos trabalhos de investigação
- > Defender a escolha das inovações pretendidas pelos agentes locais

Em termos de produção/aquisição de conhecimentos, as intervenções do LEADER incidiram essencialmente:

- > na formação: formação profissional, formação de agentes de desenvolvimento, etc. Frequentemente, a formação foi utilizada não só como instrumento de transmissão de conhecimentos, mas também de animação e de reflexão, de identificação das necessidades e de produção de novos conhecimentos.

No Vinschgau/Val Venosta (Trentino-Alto-Ádige, Itália), a formação profissional foi utilizada como instrumento de investigação-acção para o lançamento de projectos e para a criação de grupos profissionais à volta desses projectos.

- > na produção de conhecimentos na própria parceria local a partir das avaliações internas.

No entanto, a produção e a aquisição de conhecimentos no LEADER continuou de um modo geral aquém das possibilidades e das necessidades. Por falta de experiência em processos semelhantes, a intervenção dos grupos LEADER por vezes antecipou de forma insuficiente as dificuldades e o ritmo de tais processos.

c) Desafios para o futuro

Será certamente desejável que no futuro sejam postos à disposição dos grupos de acção local instrumentos que permitam antecipar melhor as necessidades e sistematizar os processos de produção/aquisição de conhecimentos. Por exemplo, os vários trabalhos em curso em diversos países europeus para produzir instrumentos de auto-avaliação vão nesse sentido.

4.7 A aplicação dos conhecimentos adquiridos

a) Necessidades de intervenções específicas

A aplicação dos conhecimentos adquiridos é a fase charneira entre os processos de aprendizagem e a sua tradução em termos de mudanças e de desenvolvimento. Ora, nem sempre a aquisição de conhecimentos significa que os mesmos vão ser aplicados. Na realidade, essa aquisição de conhecimentos pode ver-se igualmente confrontada com múltiplas formas de resistência à mudança.

Por exemplo, o obstáculo principal pode ser a inércia das organizações, empresas ou sistemas de agentes, que tem a sua origem na rotina (acções ou métodos adquiridos há muito): com efeito, esta pode perdurar, mesmo não produzindo qualquer resultado. O facto de já estar codificada nas relações sociais e na cultura da organização torna-a quase inevitável, ainda que a sua inutilidade tenha sido compreendida pelos agentes em causa, sobretudo por aqueles que têm responsabilidades. Só é possível uma mudança duradoura se for criado um novo quadro de segurança, que permita aos agentes alterar os comportamentos sem pôr em questão os valores ligados à sua identidade e ao seu papel na organização local.

O obstáculo na aplicação de conhecimentos pode situar-se igualmente na insuficiência dos conhecimentos adquiridos: a introdução de uma nova tecnologia, a renovação de métodos de produção, o aumento da participação, etc. não produzem efeitos automáticos no território e às vezes são necessárias acções paralelas. A análise de um sector a montante e a jusante ou a criação de um consenso institucional, por exemplo, são mecanismos que devem acompanhar a aplicação de novos conhecimentos. Assim, para além do resultado imediato, importa ter em conta o ambiente que possa assegurar um efeito multiplicador dos conhecimentos transferidos.

b) Papel possível e intervenção específica do LEADER

PAPEL POSSÍVEL DO LEADER NA FASE DE AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS

- > Destruir os “muros invisíveis”
- > Apoiar-se nos canais e meios institucionais
- > Criar capacidades de informação e de divulgação que permitam atingir o maior número de beneficiários
- > Coordenar instrumentos de formação a nível territorial

Pela sua especificidade e pelos instrumentos de apoio financeiro de que dispõe, o LEADER desempenhou um papel muito importante na aplicação em projectos concretos dos conhecimentos adquiridos.

De um modo geral, as dificuldades que se depararam ao LEADER situam-se mais ao nível da adaptação dos conhecimentos disponíveis e adquiridos do que ao nível da sua aplicação propriamente dita.

c) Desafios para o futuro

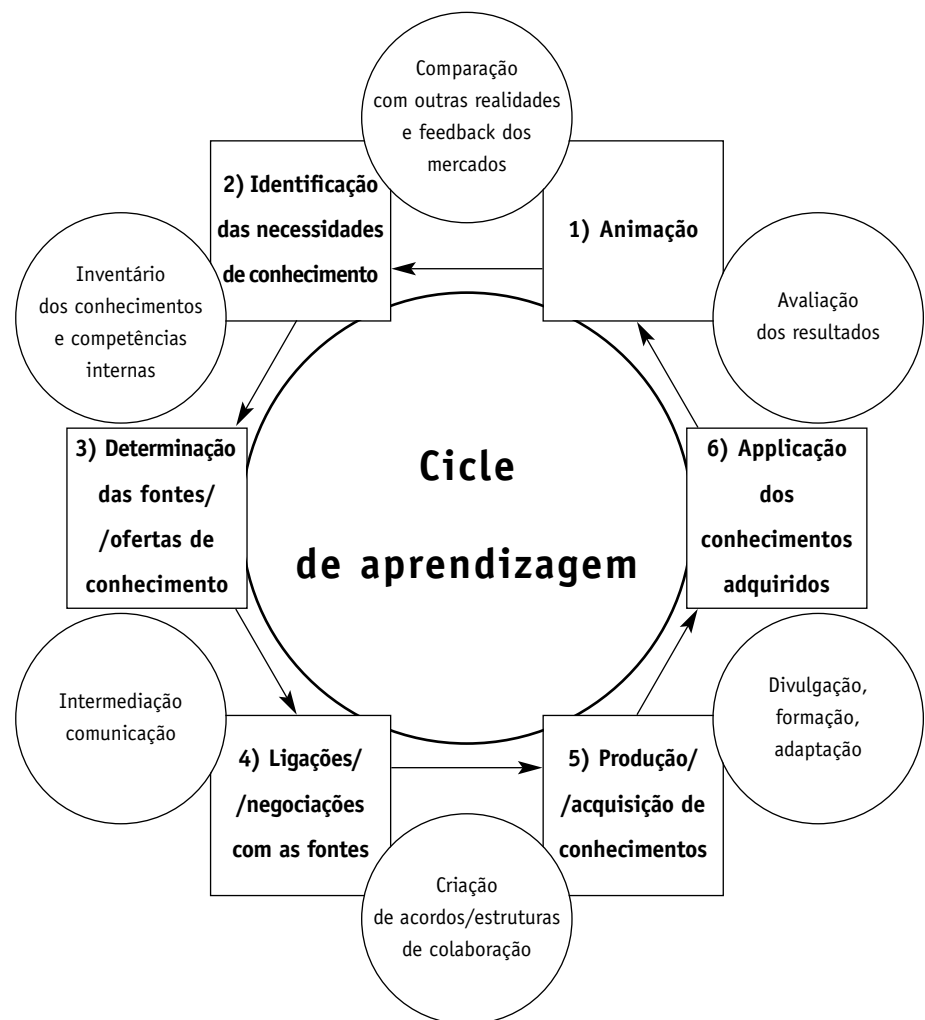
Uma vez mais, um dos desafios principais para o futuro é a utilização pedagógica dos resultados de investigação e uma maior ligação entre as actividades de produção/transmissão de conhecimentos e a sua aplicação propriamente dita. Para isso, devem ser criadas condições para que os agentes locais ganhem o hábito de trabalhar com os investigadores e os investigadores com as populações, o que supõe também relações mais estreitas entre os grupos LEADER e os serviços ligados à aplicação e divulgação dos conhecimentos.

4.8 Síntese

a) Necessidades de intervenção específicas

As necessidades de intervenção específicas para as diferentes fases dos processos de aprendizagem podem ser apresentadas de forma sintética salientando os tipos de intervenção necessários nas diferentes fases. A passagem de uma fase a outra supõe a realização de algumas tarefas, o que se pode representar graficamente do seguinte modo:

TAREFAS A REALIZAR PARA MUDAR DE UMA FASE PARA OUTRA DO CICLO DE APRENDIZAGEM



As seis fases de um ciclo de aprendizagem são apresentadas nos quadrados e as necessidades de intervenção específicas nos círculos.

b) Papel possível do LEADER

Uma das funções principais dos grupos LEADER consistiu em reforçar as relações sociais como instrumentos de aprendizagem e de inovação. Esta função comporta algumas dificuldades, dado que existe sempre uma diferença entre a expressão da necessidade de adquirir novos conhecimentos, o estabelecimento de contactos para os obter, os mecanismos para os comunicar e a definição de objectivos comuns entre os possuidores da necessidade e os detentores de respostas potenciais. Isto refere-se a todos os domínios da aprendizagem que dependem da criação de relações entre a investigação e o desenvolvimento.

No entanto, o papel dos grupos LEADER varia em função do contexto local. No caso de territórios “ricos em relações sociais”, o grupo LEADER desempenhará mais um papel de catalisador das energias locais existentes através de exercícios de animação, de comparação, de relacionamento dos núcleos de agentes locais com fontes de conhecimentos, de simplificação dos mecanismos de apropriação, etc.

No caso de territórios “pobres em relações sociais”, os grupos LEADER deverão recorrer a métodos que permitam iniciar novos ciclos experimentais de proximidade, antes de procurar fontes para a produção/transfêrencia

de novos conhecimentos. Trata-se, por conseguinte, de um papel de animação destinado a reconstituir a capacidade interna de elaboração de ideias, a renovação da confiança dos agentes locais nas suas competências específicas, a formulação e aplicação de pequenos projectos experimentais, a investigação de apoios relevantes, antes de procurar esses conhecimentos e soluções no exterior. Neste caso, a fase de reconstituição da confiança e da capacidade de iniciativa individual será necessariamente longa antes de se poder passar para propostas que exigem adesões colectivas.

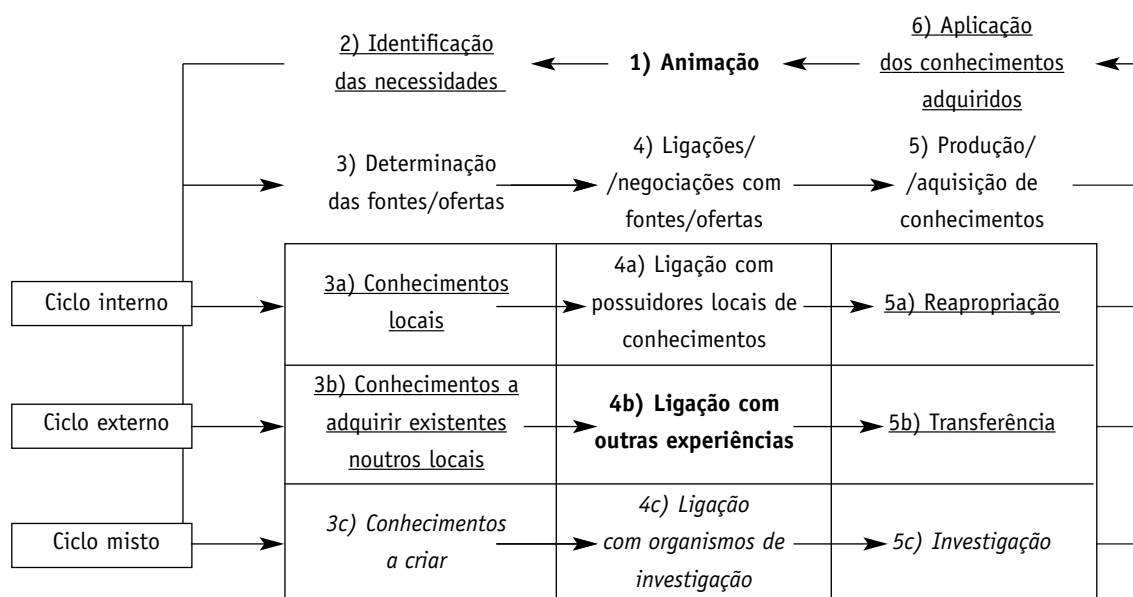
c) Intervenção efectiva do LEADER

A análise da intervenção do LEADER nas seis fases do processo de aprendizagem evidenciou diferenças importantes:

- > nalgumas fases, nomeadamente a animação, o LEADER interveio quase sistematicamente;
- > noutras, a intervenção é igualmente maciça, mas vem apenas de uma minoria de grupos LEADER;
- > ainda noutras, por último, a intervenção do LEADER foi mais pontual e refere-se apenas a alguns grupos.

O esquema a seguir sugere uma síntese destas diferenças, salientando os pontos fortes e fracos ou as deficiências da intervenção do LEADER.

NÍVEL DA INTERVENÇÃO DO LEADER CONSOANTE AS FASES DOS CICLOS DE APRENDIZAGEM



Legenda:

- > **Caracteres a negro:** intervenção maciça e generalizada do LEADER
- > Caracteres sublinhados: intervenção maciça, mas minoritária
- > *Caracteres em itálico:* intervenção pontual

d) Desafios para o futuro

De um modo geral, parece que o LEADER esteve bastante presente em tudo o que se refere à animação local, à recuperação dos conhecimentos locais e à ligação com outras experiências.

A dificuldade situa-se sobretudo na ligação com outras fontes de conhecimentos que não fazem parte da “família LEADER”, nem estão mesmo em relação directa com os territórios rurais e com o desenvolvimento rural, mas que, no entanto, podem dar resposta de forma adequada a necessidades de conhecimentos a nível local. É o que acontece, nomeadamente, com os centros de investigação e as universidades, que trabalham noutros domínios complementares, mas frequentemente com outras preocupações e outra linguagem.

A eliminação desta dificuldade passa em grande parte pela evolução de duas especificidades essenciais do LEADER, a saber:

- > a abertura da parceria local a outros parceiros, nomeadamente os parceiros ligados ao mundo da produção e da divulgação de conhecimentos;
- > o funcionamento em rede, que permita a cooperação e as ligações em rede com parceiros que não estão directamente ligados ao desenvolvimento rural.

Capítulo 5

Posfácio

Posfácio

O presente caderno preocupou-se sobretudo com a análise dos processos de aprendizagem e as vias para os reforçar e adaptar às necessidades das zonas rurais. No entanto, o desenvolvimento rural não é apenas um processo de aprendizagem a nível local. Aos níveis regional, nacional e europeu coloca-se igualmente o problema da aprendizagem de “bons” métodos de apoio e de “boas” políticas a partir dos resultados adquiridos no terreno. O programa LEADER, enquanto laboratório experimental de novas vias de desenvolvimento rural, é também um laboratório de aplicação/experimentação de novas políticas em diferentes níveis de intervenção, alimentando por sua vez processos de aprendizagem a esses níveis. Ora, também aí se põe o problema da ligação com a investigação.

Assim, no futuro colocam-se três questões que devem chamar a atenção dos investigadores e das instituições:

- a) Como precisar melhor o quadro conceptual subjacente à oferta de investigação para o desenvolvimento rural?
- b) Como passar da “renovação” local para um quadro político adequado ao desenvolvimento futuro dos territórios rurais?
- c) Como fazer face às necessidades específicas dos territórios rurais em termos de investigação, para assegurar a sua competitividade futura?

5.1 Um quadro conceptual favorável à investigação ao serviço do desenvolvimento rural

O quadro conceptual subjacente à oferta de investigação para o desenvolvimento rural é pouco preciso, às vezes mesmo contraditório e frequentemente muito dependente das realidades imediatas a nível nacional. A este propósito, podem assinalar-se várias dificuldades a nível:

- > da consideração do meio rural como um conjunto,
- > do papel da agricultura no mundo rural: central ou marginal?
- > do rural como problemática dos territórios marginais,
- > do rural, parte integrante do desenvolvimento regional ou entidade própria?

> A consideração do meio rural como um conjunto.

Aquilo a que chamamos “rural” nas ciências é, com efeito, muito segmentado: estudos sobre os solos, sobre o ambiente, sobre a cultura, etc. Cada domínio específico tem o seu quadro de referência em revistas especializadas. Daí decorre uma forte segmentação dos conhecimentos.

> O papel da agricultura no mundo rural continua a ser central?

Algumas escolas de pensamento sustentam que a investigação orientada para o desenvolvimento rural deve sempre preservar o papel central da agricultura. O argumento principal desta tese é que os rendimentos dos agricultores estão ameaçados. Neste contexto, a investigação terá por missão acompanhar a transformação da agricultura, a fim de manter os rendimentos e criar alternativas destinadas a reduzir os custos^[13]. No entanto, esta visão não se aplica muito bem aos territórios com fraca densidade populacional, para os quais a agricultura já não desempenha um papel significativo. Mesmo considerando a hipótese de uma heterogeneidade nos modelos de exploração agrícola, a partir de agora é impossível para alguns territórios rurais atribuírem à agricultura uma função de eixo estruturante no que se refere às estratégias de desenvolvimento. O desafio para a investigação consiste, por conseguinte, em “repensar” a agricultura e trabalhar não para perpetuar a sua função clássica, mas sim para diversificar as vias de desenvolvimento rural possíveis.

> Em ligação com o ponto anterior, o desenvolvimento “rural” só é aplicável a zonas marginais?

[13] Comunicação do Professor Van der Ploeg (Universidade de Wageningen, Países Baixos) no seminário “Investigação e Desenvolvimento Rural”. Num contexto de agricultura intensiva e de grande densidade populacional, os cenários para o futuro do meio rural neerlandês baseiam-se, com efeito, na integração da agricultura, do ambiente e dos tempos livres.

O conceito de desenvolvimento rural foi associado tradicionalmente à procura de viabilidade de territórios remotos, pouco acessíveis e afectados pela marginalidade sob diferentes formas. Assim, por exemplo, na Áustria^[14] a investigação sobre as possibilidades de desenvolvimento da pluriactividade, da oferta turística acompanhada da conservação das paisagens, etc. nasceu ao mesmo tempo que as preocupações políticas sobre a viabilidade das zonas de montanha. Será que esta visão é válida para o futuro?

O desenvolvimento rural é parte integrante do desenvolvimento regional ou é uma entidade própria? A investigação sobre os territórios rurais foi muitas vezes associada às abordagens do desenvolvimento regional. Só na década de 80 é que algumas regiões aplicaram políticas destinadas a criar um quadro de referência específico para o ambiente rural^[15]. Qual é o futuro desta concepção?

A complexidade da definição e o esboço de um novo quadro político: o desenvolvimento rural “integrado” e “endógeno”

Verifica-se a nível europeu que as alterações estruturais em curso exigem novos instrumentos conceptuais e políticos, acompanhados de novos modelos que permitam manter a competitividade e assegurar a coesão social dos territórios rurais. As abordagens clássicas não diminuíram as divergências de desenvolvimento entre territórios, enquanto as abordagens centradas no desenvolvimento endógeno e integrado, que vêm sendo implementadas ao longo dos últimos dez anos, nomeadamente com o LEADER, começam a produzir frutos.

Continua no entanto por resolver o “conteúdo” do conceito de desenvolvimento integrado e endógeno: será que se refere à consideração de todos os sectores (económicos, sociais, culturais, etc.)? Refere-se unicamente aos territórios pobres, que não têm um sector que funcione como “motor”? Deve ser objecto de políticas distintas? Por outro lado, o conceito de desenvolvimento rural integrado implica a noção de “território” onde se deve actuar numa abordagem de integração: qual é esse território? Corresponde aos limites administrativos? Quem é que pode assegurar a coerência e a integração nesse território?

5.2 Passar da “renovação” local para um quadro político adequado ao desenvolvimento futuro dos territórios rurais

A mundialização ou globalização traz consigo uma série de novos desafios políticos para os territórios rurais:

- > encontrar soluções inovadoras para assegurar alavancas para o desenvolvimento rural integrado, uma vez que as modalidades tradicionais e sectoriais de intervenção, como o apoio aos preços agrícolas, são susceptíveis de ataques aquando das negociações internacionais;
- > contribuir para a modernização do Estado através do apoio a processos de participação dos cidadãos, mediante diversas formas de descentralização.

Numa altura em que o debate em torno destas questões assume maior importância, tudo parece indicar, no entanto, que com excepção do LEADER+ e algumas outras políticas nacionais limitadas, as abordagens integradas do desenvolvimento rural vão manter um perfil elevado, mas representando apenas uma pequena parte dos financiamentos das políticas nacionais e comunitárias até 2006.

Perante esta conclusão, quais são as limitações que reduzem as possibilidades de extensão das abordagens integradas às políticas gerais (“*mainstream*”)? Existirá um problema de escala? Quais são as tipologias de modelos integrados que podem ser úteis para os políticos responsáveis pelas decisões? A questão na ordem do dia consiste por conseguinte em saber como é que as autarquias e os agentes locais podem assegurar a consideração dos princípios de desenvolvimento integrado nas políticas gerais. **Os factores de sucesso e de insucesso das abordagens integradas merecem por isso estar no centro das actividades de investigação**, de forma a contribuir com elementos que possam ser tomados em consideração pelos políticos nas suas decisões.

[14] The Arkleton Centre, “Relatório final sobre a acção concertada do LEADER”, *op. cit.*, pp. 22-23.

[15] *Idem*, pp.23-26: é o caso, nomeadamente, da região da Valónia (Bélgica), que em 1980 decidiu adoptar uma abordagem do desenvolvimento rural baseada em quatro elementos: *auscultação prévia dos municípios, consulta e participação dos cidadãos, política integrada tendo em conta todos os sectores com incidência na qualidade de vida e incentivo à valorização dos recursos locais. Em 1991, depois de ter ensaiado a nova abordagem através de operações-piloto, o governo da Valónia aprovou um decreto que criou a Comissão Rural da Valónia, garante institucional da abordagem local e integrada nas zonas rurais.*

À luz das experiências de desenvolvimento integrado realizadas no âmbito do LEADER, a passagem da renovação local para quadros políticos favoráveis exige investigações e análises que dêem resposta às seguintes questões:

1. As experiências de desenvolvimento integrado, limitadas a alguns territórios, podem sobreviver a longo prazo sem que a abordagem seja incluída nas políticas gerais? Por outras palavras, como e em que medida é que os resultados das experiências-piloto devem ser introduzidos nas políticas gerais?
2. Quais são os processos sociais a desencadear para facilitar a integração nas medidas “mainstream” da abordagem integrada? E se a abordagem não se integrar nos mecanismos das políticas gerais, não corre o risco de se tornar ainda mais marginal?
3. Os “territórios” rurais que beneficiam de uma abordagem integrada e endógena podem existir independentemente das ligações funcionais e de solidariedade com as cidades? Dito de outra forma, qual é a dimensão que os territórios devem ter para assegurar o seu desenvolvimento?
4. Como é que o desenvolvimento rural pode demonstrar de maneira mais clara o contributo do campo para toda a sociedade, incluindo para as populações que habitam nas cidades e zonas metropolitanas?

A formulação de novos conceitos de gestão do espaço, ao nível europeu^[16], coloca desafios ao “rural”, já não apenas em termos da centralidade ou não da agricultura, mas em termos do seu posicionamento face às cidades. Neste sentido, o conceito de “múltiplas interdependências rurais-urbanas” continua a evoluir, chegando a propor uma visão integrada cidade-campo como uma unidade espacial funcional^[17]. Distinguem-se assim três tipos de meio “rural”, que fazem apelo a abordagens políticas e de desenvolvimento diferentes:

- > o meio rural sob influência metropolitana,
- > o meio rural com um equilíbrio próprio, de dominante urbana policêntrica (presença ou proximidade de cidades-centros),
- > o meio rural estruturalmente fraco.

Em relação a cada um destes meios “rurais”, coloca-se a questão do posicionamento económico, do tipo de inter-relação a iniciar com o exterior e das consequências das políticas dominantes. Neste quadro analítico, só o rural com dominante urbana policêntrica é que é assinalado como tendo condições para assegurar o sucesso de uma abordagem endógena e integrada de

desenvolvimento. Mas será que isto é absolutamente verdadeiro? É uma questão que merece um esforço de investigação. Será possível o desenvolvimento rural integrado em territórios dominados por grandes cidades? E nos territórios de fraca densidade? Qual pode ser o posicionamento do meio rural nas políticas para assegurar a sua sustentabilidade: entidade territorial específica ou entidade integrada num conjunto territorial mais vasto determinado pela estruturação urbana? O modelo de desenvolvimento rural integrado pode aplicar-se a todos os territórios, independentemente do tipo de influência urbana?

5.3 Dar resposta às necessidades específicas dos territórios rurais em termos de investigação para assegurar a sua competitividade futura

Neste caderno foram largamente referidas as diferenças existentes entre a oferta de conhecimentos produzidos pela investigação sob todas as formas e as necessidades específicas das zonas rurais. Foi colocada a tónica nas diversas vias e instrumentos a que os grupos LEADER podem recorrer para reduzir estas diferenças e criar as ligações de que precisam para assegurar a competitividade dos seus territórios a longo prazo. No entanto, estes instrumentos e métodos continuarão a ser pouco eficazes se paralelamente não for realizado um trabalho a nível mais geral das políticas nacionais e europeias para fazer evoluir a investigação num sentido favorável ao desenvolvimento rural.

Vários indicadores demonstram que as evoluções em curso parecem caminhar nesse sentido. Precisar o quadro conceptual do desenvolvimento rural e passar da “renovação” local para um quadro político mais adequado ao desenvolvimento futuro dos territórios rurais são as condições que permitirão reforçar e sistematizar esta evolução.

[16] SDEC (*Schéma de Développement de l'Espace Communautaire*), “Para um desenvolvimento espacial equilibrado e sustentável do território da União Europeia”, aprovado no Conselho informal dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território em Postdam, Maio de 1999, Comissão Europeia, 1999.

[17] *Idem*, página 26.

Leader II est une Initiative communautaire lancée par la Commission européenne et coordonnée par la Direction générale de l'Agriculture (Unité VI-F.II.3).

Le contenu de ce dossier ne reflète pas nécessairement les opinions de l'Union européenne.

***Leader II** is a Community Initiative launched by the European Commission and coordinated by its Directorate-General for Agriculture (Unit VI-F.II.3).*

The contents of this dossier do not necessarily reflect the views of the European Union Institutions.

Information

Observatoire européen LEADER
LEADER European Observatory
AEIDL
Chaussée St-Pierre 260
B-1040 Bruxelles
Tél +32 2 736 49 60
Fax +32 2 736 04 34
E-mail: leader@aeidl.be



Financé par la Commission européenne
Financed by the European Commission

